

CAP QOPM WANDERLEY DA SILVA CASTRO

**CONSELHO DE DISCIPLINA E A CORRUPÇÃO NA
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública.

Orientador Metodológico:
Márcio Sérgio B. S. de Oliveira, Profº Drº

Orientador de conteúdo:
Irineu Ozires Cunha, Ten-Cel QOPM

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

2005

Dedico este trabalho à minha esposa
Valquiria e a nosso filho Pedro que souberam
me compreender nas horas de ausência.

O Autor

A Deus, pela vida e pelo bem maior em servi-lo;

A meus pais, pelo incentivo constante na carreira.

Ao Ten-Cel QOPM IRINEU OZIREZ CUNHA, pela paciência e devoção .

Aos integrantes do SJD/DP, pela valiosa contribuição.

Aos colegas de turma do CAO/2005, pela manutenção de um clima de respeito, cooperação e camaradagem.

O autor

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	4
3 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE EXCLUSÃO NA PMPR.....	8
4 PRINCÍPIOS PROCESSUAIS APLICÁVEIS.....	11
4.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	12
4.2 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	13
4.3 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	14
4.4 PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.....	15
4.5 PRINCÍPIO DO <i>BIS IN IDEM</i>	18
4.6 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	19
4.7 PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA.....	20
5 APLICABILIDADE DA LEI Nº 6.961/77.....	22
5.1 INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA.....	27
5.2 O CONSELHO DE DISCIPLINA E O ART 125, § 4º DA CF 88.....	29
5.3 O CONSELHO DE DISCIPLINA E O ART 14, § DO RDE.....	31
6 CONSELHO DE DISCIPLINA E O RESÍDUO MORAL.....	32
7 FORMAS DE CORRUPÇÃO ASSOCIADAS À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR.....	38
8 AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA.....	44
9 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	NÚMERO DE CONSELHOS INSTAURADOS E POLICIAIS-MILITARES ENVOLVIDOS – PARANÁ - 2000-2005.....	44
GRÁFICO 2 –	PM SUBMETIDOS A CONSELHO E EXCLUÍDOS A BEM DA DISCIPLINA – PARANÁ – 2000-2005.....	45
GRÁFICO 3 –	PM ENVOLVIDOS E PUNIDOS DISCIPLINARMENTE – PARANÁ – 2000-2005.....	45
GRÁFICO 4 –	PM SUBMETIDOS A CONSELHO E EXCLUÍDOS A PEDIDO – PARANÁ – 2000-2005.....	46
GRÁFICO 5 –	PM SUBMETIDOS A CONSELHO DE DISCIPLINA E INOCENTADOS – PARANÁ – 2000-2005.....	46
GRÁFICO 6 –	COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE PM SUBMETIDOS A CONSELHO, EXCLUÍDOS A BEM DA DISCIPLINA, PUNIDOS DISCIPLINARMENTE, EXCLUÍDOS A PEDIDO E INOCENTADOS – PARANÁ – 2000-2005.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	- Artigo
Cap	- Capitão
Cb	- Cabo
CD	- Conselho de Disciplina
CF	- Constituição Federal
CG	- Comandante-Geral
CÓDIGO DA PMPR	- Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954
CPP	- Código de Processo Penal
CPPM	- Código de Processo Penal Militar
DP	- Diretoria de Pessoal
NB	- Nota para o Boletim
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OBM	- Organização Bombeiro-Militar
OPM	- Organização Policial-Militar
PATD	- Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar
PM	- Policial-Militar ou policial-militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
RDE	- Regulamento Disciplinar do Exército
Sd	- Soldado
Sgt	- Sargento
SJD	- Seção de Justiça e Disciplina
STF	- Supremo Tribunal Federal
Ten	- Tenente
Ten-Cel	- Tenente Coronel

RESUMO

Enfoca-se o Conselho de Disciplina e a corrupção na Polícia Militar do Paraná a corporação não está alheia aos acontecimentos e busca de forma constante eliminar tal prática em suas fileiras, utilizando-se de um arcabouço jurídico capaz de fazer frente a este tipo de desvio de comportamento que muitos prejuízos tem trazido para a imagem da Instituição. O texto foi dividido em capítulos distintos, em que inicialmente abordou-se, de maneira sucinta, o histórico da Corporação, depois passou-se a um breve histórico da evolução do processo administrativo na âmbito da Instituição, e sua adequação aos ordenamentos da constituição cidadã. Foram abordados os princípios legais aplicáveis ao Conselho de Disciplina, a aplicabilidade da Lei estadual nº 6.961/77. Enveredou-se para a independência das esferas penal, civil e administrativa, demonstrando que mesmo quando um fato tiver que ser analisado pela justiça comum ou militar, também pode ser apreciado à luz do direito administrativo. Comparou-se a lei do Conselho com a previsão do art. 125, § 4º da CF, bem como com o art. 14, § 4º do RDE. Demonstrou-se que os atos ilegais, quando cometidos por integrantes da Instituição, podem e devem ser apreciados administrativamente, em vista do resíduo moral, quando estes afetarem a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, com base no Código da PMPR, no Regulamento de Ética Profissional do Militares Estaduais do Paraná, no RDE e principalmente na Lei nº 6.961/77. Descreveram-se as principais condutas que embora não sejam tipificadas com o nome de corrupção, assim são entendidas, e para demonstrar os tipos de corrupção encontradas no seio da tropa, apresentaram-se casos que foram apurados através de conselho de disciplina e que se encontram publicados em boletins gerais da Corporação. Foram mostrados diversos entendimentos doutrinários e acórdãos dos tribunais que embasam o posicionamento adotado, bem como dados estatísticos.

PALAVRAS-CHAVE: corrupção; exclusão; punição; resíduo moral.

1 INTRODUÇÃO

A corrupção é um mal que assola a humanidade há muito tempo, e em determinados períodos atinge níveis insuportáveis. Algumas culturas consideram-na inaceitável, e aquele que for acometido por esse mal, invariavelmente terá que ser castigado, não importando se corrompeu ou se foi corrompido.

No Brasil até pouco tempo, era tratada como motivo de piada, porém começa-se a sentir uma mudança drástica nesse comportamento e a sociedade como um todo grita por justiça e punição contra aqueles que cometeram atos de corrupção.

A corrupção é fator preocupante no desempenho da atividade policial, uma vez que ao se corromper, o policial-militar deixa de realizar ou realiza de modo diverso a missão que lhe foi confiada, assim a Instituição não pode ficar passiva diante de situações que afrontam a dignidade de seus integrantes, colocando em descrédito o serviço por eles realizados e ela própria. Desta forma, o tema proposto “AUDITORIAS INTERNAS – EXPURGO DE MAUS SERVIDORES – FIM DA CORRUPÇÃO?”, me levou a pensar sobre o que é feito quando um policial-militar se envolve em atos de corrupção, aceitando uma contrapartida, muita vezes em dinheiro, para que deixe um infrator continuar a agir livremente ou ainda sair ileso após ter cometido algum crime.

A Polícia Militar do Paraná, há muito tempo vem adequando o seu controle interno, de forma a não permitir que permaneçam em seus quadros, pessoas de condutas duvidosas. Assim, ao receber denúncias contra seus integrantes por envolvimento em atos de corrupção, ou constatá-los por meios próprios, como instituição, séria, jamais deixou de se posicionar contra tais atitudes. Esta tomada de posição invariavelmente resulta em punição dos culpados, chegando a excluí-los de suas fileiras, situação que obrigou a corporação a desenvolver mecanismos para sua autodefesa. Esses mecanismos se consubstanciam em processos administrativos, em que são assegurados o direito a ampla defesa e ao contraditório, como premissa da lei maior de nossa sociedade.

Os mecanismos utilizados ao longo dos tempos, constituem verdadeiras auditorias internas, que resultam na exclusão dos maus policiais-militares. Atualmente a

Corporação utiliza-se do Conselho de Disciplina e do Conselho de Justificação para tal mister, destes abordou-se o primeiro pela sua maior abrangência.

Assim, ao longo do trabalho constatou-se que foram desenvolvidas formas de controle da atividade PM, que visam manter a Instituição livre dos maus policiais-militares. Essas maneiras são retratadas em um breve histórico começando-se pelo período anterior à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, passando-se às medidas que foram adotadas nos anos seguintes para se adequar ao novo ordenamento constitucional, e finalmente à adoção da Lei Estadual nº 6.961 de 28 de novembro de 1977 para todas as praças e praças especiais da corporação, deixando-se de lado o fator estabilidade, que era o diferencial entre os procedimentos adotados.

Chega-se ao modo atual pelo qual a Polícia Militar do Paraná após constatar o envolvimento de seus integrantes com atos de corrupção, exclui-os de suas fileiras, através de processo administrativo em consonância com a Constituição Federal, na qual se garante ao acusado a ampla defesa e o contraditório e outros princípios nela estampados.

Assim sendo, o presente trabalho busca apresentar como a Polícia Militar do Paraná enfrenta os atos de corrupção cometidos por seus integrantes, desde o momento da denúncia, anônima ou não, apurada por outros órgãos ou pela própria administração, descrevendo a forma adotada para se corrigir tais desvios de comportamento, que podem e são apreciados nas esferas penal, civil e administrativa, sendo esta última peculiar à Corporação, tratada de forma responsável e dentro de um ordenamento jurídico próprio.

Assim, procura-se, entender o mecanismo utilizado para manter a tropa dentro dos padrões exigidos pela sociedade, confrontando-o com o ordenamento maior e com o RDE, e ainda buscando na doutrina e nos tribunais, base para a aplicação da Lei nº 6.961/77 (Conselho de Disciplina).

Por outro lado demonstram-se os tipos penais militares aplicáveis ao atos de corrupção cometidos em serviço ou em razão dele, apresentando-se casos reais que foram analisados através de legislação específica e resultaram na exclusão dos envolvidos, como forma única de se conseguir que a corrupção no seio da tropa miliciana, fique no índice zero ou mais próximo possível.

Como ilustração, apresentam-se dados estatísticos demonstrando a quantidade de conselhos de disciplina, que foram elaborados no período 2000 a 2005, somente envolvendo atos de corrupção, e quais os resultados obtidos.

2 A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Desde a época da Independência do Brasil, até meados do ano de 1840, os habitantes da Comarca de Curitiba, preocupados com o surto de progresso, trabalhavam com denodo e dedicação para a emancipação do Paraná, cujo desenvolvimento industrial, comercial e agrícola, reclamava urgente separação desta região, da Província de São Paulo, da qual separou-se na memorável data de 19 de dezembro de 1853, ficando com a denominação de Província do Paraná. (PARANÁ: Canal que liga dois rios.)

Para instalar e presidir a nova Unidade Imperial, antiga quinta Comarca de São Paulo, o Conselho da Coroa escolheu a pessoa do insigne estadista Zacarias de Góes e Vasconcellos, pela Carta Imperial de 27 de Setembro de 1853.

Quando aquele estadista instalou a Província, só havia um pequeno destacamento policial de Guardas Municipais que guarneciam Palmas e a Estrada da Mata, protegendo esses lugares dos assaltos dos índios Coroados e dos malfeitores que assolavam a região.

A Guarda Municipal, sem traquejo de armas, também dava destacamentos para o serviço de caráter policial e postal, mas essa milícia cívica não estava devidamente organizada.

Encontrando a Província no mais completo abandono, uma das primeiras providências administrativas que o alto espírito do Presidente Zacarias pareceu se impor, foi a da ordem pública e segurança individual.

A primeira Lei sancionada por Zacarias foi a de 28 de julho de 1854, que fixou a Vila de Curitiba como Capital da Província. Nessa mesma legislatura, foram votados e sancionados mais dezenove projetos, avultando-se entre eles, aquele que autorizou a organização da COMPANHIA DE FORÇA POLICIAL, primeira denominação da Polícia Militar do Paraná, para comandá-la foi escolhida a pessoa do Capitão Joaquim José Moreira de Mendonça, oficial do Exército

Em sua história se manifestam duas fases, que se traduzem pelo cumprimento de missões nos diversos períodos de nossa formação: a fase repressiva e a preventiva.

Com missão de proteger os viajantes contra a agressão de indígenas e malfeitores, caracterizou sua ação de modo repressivo, lutando contra caudilhos, revolucionários e o estrangeiro que intentava invadir o país, sendo muitas vezes, necessário o sacrifício de vidas para a imposição do império da lei e da ordem.

Em 1865, integrou o Corpo de Voluntários da Pátria, na Guerra do Paraguai.

Na Revolução Federalista, em 1893, lutou com bravura durante o Cerco da Lapa, em cuja resistência heróica perdeu grande parte de seu efetivo e um dos seus mais valorosos comandantes, o Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Em 1912, pelejou no Contestado, onde pereceu seu comandante, o Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, nos campos do Irani, juntamente com outros policiais-militares.

Outras revoluções se sucederam e inúmeros foram os combates.

Serenando a fase de lutas que enlutaram o solo pátrio, pôde melhor, a Polícia Militar, dedicar-se à sua missão constitucional de mantenedora da ordem pública no Estado, auxiliando o incremento do progresso em nossa terra, levando a segurança e a tranqüilidade às regiões mais primitivas, participando ativamente na consolidação política do Paraná, tornando-se em toda sua plenitude, guardião da Lei e da Ordem e garantia efetiva dos poderes constituídos.

Seus homens têm consciência de que jamais poderão descansar em sua luta contra o crime e a desagregação social. E desta consciência lhes nasce o ânimo e a fé na justiça, capaz de levá-los ao sacrifício da própria vida pela causa que abraçaram.

A Polícia Militar do Paraná durante a sua existência teve as seguintes denominações:

COMPANHIA DE FORÇA POLICIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, com que foi batizada pela Lei nº 07, de 10 de agosto de 1854.

CORPO POLICIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, pela Lei nº 380, de 30 de março de 1874, constituído por duas companhias.

CORPO MILITAR DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, pelo Decreto de reorganização nº 04, de 10 de dezembro de 1891, composta de três companhias e um esquadrão de cavalaria.

REGIMENTO DE SEGURANÇA DO PARANÁ, pela Lei nº 36, de 05 de julho de 1892, contando com um Estado-Maior, e outro Menor, quatro companhias, um esquadrão de cavalaria e a banda de música.

REGIMENTO POLICIAL DO PARANÁ, denominação que passou a ostentar durante a ocupação do Estado pelas tropas Federalista, em 1894, voltando, posteriormente, a tomar o antigo nome de regimento de Segurança.

FORÇA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, pelo decreto de reorganização nº 473, de 09 de julho de 1917, consoante o acordo firmado entre a União e o Estado para que a Corporação passasse a ser considerada força de primeira linha, auxiliar do Exército.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, pelo Decreto Lei nº 505, de 25 de junho de 1932, juntamente com a Companhia de bombeiros, sozinha, denominava-se, segundo esse Decreto Lei, FORÇA PÚBLICA DO ESTADO.

FORÇA POLICIAL DO ESTADO, pelo Decreto Lei nº 9315, de 26 de dezembro de 1939.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, nome que lhe foi conferido pelo Decreto Lei nº 544, de 17 de dezembro de 1946 e que conserva até hoje.

A Polícia Militar de hoje deixou as velhas lides militares que as situações da época exigiam. Seus membros não renegam, mas glorificam os feitos bélicos de seus ancestrais e, a par da veneração dos mortos queridos, lembram-se que os tempos já são outros.

Paralelamente com o desenvolvimento do Estado, vem crescendo em sua organização e responsabilidade o que é importante na sua história.

A partir de 1946, a Corporação entrou de fato na sua Fase Contemporânea. Com os termos da Constituição Federal com a diversificação de idéias e a liberdade dos legisladores no estudo dos problemas do Estado, com a evolução ao lado do progresso das questões de segurança, tornou-se uma organização moderna e sedenta de aperfeiçoamento policial.

Assim, como Corporação fardada e armada, estruturada à base da disciplina e da hierarquia, não se tem descuidado de suas obrigações militares perante a nação, a fim de ajustar-se sobre critérios seguros na execução da parcela que lhe cabe na

missão de prover a Segurança interna e não vem medindo esforços para elevar cada vez mais a sua capacidade operacional.

Como instituição perfeitamente entrosada na vida do Estado, exercendo a ação de polícia, teve seus efetivos ampliados, remodelou a sua estrutura orgânica, passando a contar com unidades especializadas, adaptou seu uniforme, seu equipamento, seu armamento, seus meios de comunicações e transportes, dinamizando enfim, seus setores de atividades de modo a projetá-la na comunidade, no exercício de sua atividade-fim, razão de ser da sua existência.

Por outro lado, além de atuar perfeitamente no campo do policiamento ostensivo, a Polícia Militar participa no de Polícia Judiciária, destacando um grande número de integrantes para o desempenho de outras atividades, na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

É esta a Corporação Policial Militar que vemos na atualidade, fiel aos ditames da legislação federal que definiu de maneira clara e precisa o seu campo de atuação grandemente ampliado pelas disposições do Decreto Lei nº 667, de 02 de julho de 1961, regulamentado pelo Decreto Federal nº 66.862, de 08 de julho de 1970, estando vigilante e pronta para acionar o policiamento ostensivo normal urbano e rural, bem como preparada também para em qualquer circunstância reprimir a subversão da ordem ou a ameaça de sua erupção.

3 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE EXCLUSÃO NA PMPR

A Polícia Militar do Paraná, ao longo de sua história, deparou-se com inúmeros casos em que se fez necessário excluir de suas fileiras maus elementos, que denegriram a imagem da Corporação. Para tanto foi desenvolvendo meios eficazes de controle, até chegar ao patamar que hoje se encontra, atendendo a todos os preceitos legais, de forma que somente será excluído de suas fileiras aquele que realmente tenha praticado algum ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore da classe.

Para ilustrar, e antes de passar a detalhar as formas utilizadas, transcrevo as palavras de Ataídes Antônio CASAROLLI, Ten-Cel QOPM Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar, em resposta a questionário, em 7 de outubro de 2005, na cidade de Jacarezinho/PR, que assim se pronunciou sobre o assunto:

Tratando-se de praças, os policiais-militares com menos de 10 (dez) anos de serviço, sem estabilidade assegurada eram submetidos a Comissão de Sindicância, consoante Diretriz do Comando Geral nº 088, de 10 Mar 80, alterada pela Portaria do Comando Geral nº 005, de 10 Ago 93. Já os Aspirantes à Oficial e demais praças, com estabilidade assegurada, ou seja com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, eram submetidos a Conselho de Disciplina, de acordo com a Lei nº 6.961, de 28 Nov 77.

Da mesma forma, transcrevo as palavras de Élio de Oliveira MANOEL, Cap QOPM, Chefe do SJD/DP, em resposta a questionário, em 10 de outubro de 2005, em Curitiba/PR, onde assim se manifestou:

Em função de que a ampla defesa e o contraditório, a pesar de já previstos no Art. 153 da CF/69, não tinha o alcance e amplitude difundidos hoje, bem como pelas previsões estatutárias próprias, existiam dois processos distintos: um sumário, aplicado aos policiais-militares que tinham menos de 10 anos de serviço (considerados sem estabilidade assegurada) e outro aos que tinham mais de 10 anos de serviço, considerados com estabilidade. No primeiro a competência era do próprio comandante do policial em determinar a sua exclusão, no segundo o processo era de rito ordinário, garantindo-se mais liberdade para a defesa, de competência do Comandante-Geral

Como se pode ver nos depoimentos acima, existiam dois tipos de procedimentos a que eram submetidos os policiais-militares, e que o divisor de águas era a estabilidade funcional. Assim, para demonstrar como se deu a evolução do processo

administrativo no âmbito da PMPR, passo a relatar as formas utilizadas no período anterior à Constituição Federal de 1988, que se dava de duas formas, a saber: a primeira era através da Comissão de Sindicância, que foi instituída pela Diretriz do Comando-Geral nº 088/80-PM/1, de 10 de março de 1980, e tinha por finalidade apurar as faltas de natureza grave, cometidas por praças que contassem com menos de dez anos de serviço, e sempre que houvesse a necessidade de apurar transgressão disciplinar de natureza grave que ensejasse a pena de licenciamento a bem da disciplina. Esta comissão era composta por três oficiais, sendo o mais antigo o seu presidente e o mais moderno o secretário, silenciando quanto à função do terceiro. Ela deveria ser iniciada num prazo de até três dias e concluída em trinta dias, improrrogáveis, a contar do dia imediato ao da publicação no boletim do ato que a determinou.

A abertura da sindicância poderia ser determinada pelas seguintes autoridades: Comandante-Geral; Chefe do Estado-Maior; Comandos Intermediários, Diretores e Ajudante-Geral; e Comandantes de OPM em nível de batalhão, ou autoridades com atribuições disciplinares equivalentes. Isso demonstra que era um procedimento administrativo bastante disperso, e que sofria pouco controle por parte de quem os determinava, tanto é que através da NB nº 507/CG/SJD de 16 de dezembro de 1985, passou-se a exigir que a comissão atuasse com a totalidade de seus membros, e ainda que o sindicato e seu defensor pudessem acompanhar todos os atos da comissão, exceto para a realização do relatório que tinha caráter reservado.

A Diretriz que instituiu a Comissão de Sindicância, foi revogada pela Portaria do Comandante-Geral nº 450/93-DP/SJD, de 10 de agosto de 1993, que aprovou e pôs em execução no âmbito da PMPR a Diretriz nº 005/93-DP/SJD, da mesma data, denominada Sindicância Disciplinar.

Esta por sua vez, era um documento mais elaborado e que contemplava de forma mais eficaz os princípios da ampla defesa e do contraditório, e passou a ser aplicada aos policiais-militares sem estabilidade funcional assegurada em lei (10 anos de serviço). A composição da comissão também era por três oficiais, sendo o mais antigo o seu presidente, no mínimo do posto de Capitão, o membro seguinte na antigüidade era o interrogante e relator e o mais moderno o secretário, portanto, como

se pode notar era um documento mais preciso quanto às funções de seus membros e ainda demonstrava uma preocupação por parte do Comando da Instituição, quanto às normas que estavam sendo aplicadas pela Corporação, na tentativa de adequá-las ao novo texto constitucional, que exige em seu art. 5º, inciso LV, a aplicação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Embora a Sindicância Disciplinar, fosse um instrumento mais bem acabado e contemplasse os princípios constitucionais, passou a ser atacada nos tribunais, o que gerou inúmeros problemas administrativos para a Corporação, justamente pelo fato de ferir o princípio da legalidade, culminando com sua revogação, quando da adoção da Lei Estadual nº 6.961/77, para todas as praças da Corporação, com ou sem estabilidade funcional, que nas palavras de Amaro do NASCIMENTO, Ten-Cel QOPM, Assistente do Comandante-Geral, em resposta a questionário, em 05 de outubro de 2005, em Curitiba/PR, se deu da seguinte forma:

Começou ser adota a Lei 6.961/77, para todos os praças, independente de tempo de serviço na Corporação, com a entrada em vigor da Portaria nº 061/98, de 28 Jan 98, que instituiu as Comissões Processantes Permanentes no âmbito da PMPR e unificou os processos administrativos disciplinares, por economia processual, sendo revogada na oportunidade a Diretriz nº 005/93, publicada no Boletim Geral nº 162 de 25 Ago 93, que tratava da Sindicância Disciplinar, destinada a apurar infrações de praças com menos de 10 (dez), anos de efetivo serviço, portanto, sem estabilidade assegurada. Na ausência de norma própria, adotou-se a Lei 6.961/77, para todos os praças da Corporação, independentemente do tempo de serviço.

A segunda forma de exclusão, era o Conselho de Disciplina, instituído através da Lei Estadual nº 6.961/77, que foi adotado para as praças com estabilidade funcional (mais de 10 anos de serviço) e para os Aspirantes-a-Oficial, quando da prática de atos que afrontassem os preceitos ético-morais difundidos na vida miliciana, sendo esta a forma que prevaleceu após a derrocada dos outros dois meios, na Constituição Federal de 1988.

4 PRINCÍPIOS LEGAIS APLICÁVEIS AO CONSELHO DE DISCIPLINA

O Conselho de Disciplina é um instrumento de processo administrativo, regido por norma própria, a Lei Estadual nº 6.961, de 28 de novembro de 1977, que por sua vez em seu art. 17, determina a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal Militar e este no art. 3º remete subsidiariamente ao Código de Processo Penal, assim embora regido pelo direito administrativo, está sujeito aos princípios do processo penal e como não poderia deixar de ser também aos princípios constitucionais, aos quais todas as leis se submetem.

Para bem encaminhar o presente trabalho, faz-se necessário abordar os princípios legais aplicáveis ao Conselho de Disciplina, que quando não observados pelo colegiado podem gerar a nulidade do processo como um todo ou de algumas partes, o que leva a um aumento no tempo para a sua conclusão e conseqüente decisão, fato que causa prejuízos administrativos, pois exige a continuidade dos trabalhos, por tempo superior ao inicialmente previsto que é de 30 dias, postergando a solução de uma situação constrangedora para o acusado e para a administração, vez que este por força do art. 4º da Lei em comento encontra-se afastado de suas funções, gerando um ônus para o Estado, e mesmo para o acusado que tem seus vencimentos reduzidos em função da retirada da vantagem referente ao risco de vida.

Como se pode observar no texto acima, a submissão de um policial-militar a Conselho de Disciplina, gera inúmeros contratempos, como a designação de uma tríade de oficiais para compô-lo, bem como a utilização dos meios necessários para a realização dos trabalhos (computadores, materiais de expediente, viaturas, etc...), e quando o acusado está preso a designação de uma escolta para acompanhá-lo.

Outro fator que deve ser considerado é que poucos Oficiais da Polícia Militar do Paraná são bacharéis em direito o que acaba por dificultar o desenvolvimento dos trabalhos e possibilitar a ocorrência de falhas processuais pela inobservância dos princípios legais.

Como forma de minimizar os prejuízos causados pela demora na conclusão dos trabalhos quando da inobservância de formalidades é que passarei a elencar os principais princípios legais aplicáveis.

4.1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade é identificado como a exigência de uma lei reguladora anterior ao fato praticado, implicando a exigência de uma forma preestabelecida em lei para a validade dos atos e termos do processo.

Este princípio, que tem evidente interesse processual, não se acha colocado apenas no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, em que se anuncia que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

É o princípio da reserva legal, embasado na máxima de Fierbach, "*Nullum Crimen, Nulla Poena, Sine Praevia Lege*", originário da Magna Carta de 1215. Também encontra amparo no art. 5º, inciso XXXIX, da Carta Federal, que acaba por conduzir à irretroatividade da lei penal *gravior* (inciso XL).

Para Mirabete, J. F. 1995, p 25, entretanto, a causa próxima do princípio da legalidade está na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, em seu art. 7º, primeira parte, nos seguintes termos: "Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas", garantia que confere importância marcante ao Poder Legislativo, órgão de onde promanam as leis *stricto sensu*.

Obviamente, na ausência de lei, nenhum indivíduo submete-se à vontade do Estado. Processualmente, para que ocorra a sujeição do acusado às regras procedimentais e às restrições próprias do processo penal, exige-se um *plus*, que a lei tenha sido produzida pelo ente competente, que, neste caso, é o Estado do Paraná e que se trate de lei formal e lei material.

No tocante a este princípio, cabe enfatizar que a lei que instituiu o Conselho de Disciplina na PMPR, está em vigor desde 1977. Não cabendo o pedido de nulidade do processo, sob a alegação de que não há uma lei que trate do assunto e nem a tentativa de reger o processo somente pelo Código de Processo Penal, devem os membros do Conselho fazerem valer as determinações da Lei Estadual nº 6.961/77, que estará obedecido este princípio.

4.2 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Inserido no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, o princípio *due process of law* determina que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Saliento que o devido processo legal, no caso do CD é estabelecido pela Lei nº 6.961/77, que submetida aos princípios constitucionais e infraconstitucionais, mostra-se válida para aplicação nos casos previstos em seu art. 3º, usando subsidiariamente o CPPM e o CPP.

A garantia é uma conquista do humanismo britânico, repartindo-se em procedural *due process* e substantive *due process*.

A França não descurou desse princípio. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão asseverava já em 1789 que: “os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias, devem ser punidos”.

A Declaração das Nações Unidas, de 1948, repete a regra no seu art. IX: “Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”. Por arbítrio, entende-se a inexistência de lei ou o abuso de direito.

Está claro que tal liberdade pública mantém íntima relação com o princípio da legalidade (ora, trata-se do devido processo legal), reclamando a devida persecução penal, limitada pela lei processual.

Por igual, verifica-se também facilmente que é do *due process of law* que se retira a proibição de admissão de provas ilícitas no processo (art. 5º, LVI, CF). Descumprida tal garantia, a sanção é de nulidade em conformidade com a teoria “*fruit of the poisonous tree*” (fruto da árvore envenenada), acolhida pelo Supremo Tribunal Federal. Lembre-se, contudo, que essa vedação não é absoluta, devendo ser vista em cotejo com o princípio da proporcionalidade, a fim de que não haja grave prejuízo material ao direito substancial discutido ou protegido, apenas para se dar atendimento a uma forma procedimental.

O princípio da vedação de provas ilicitamente obtidas foi acolhido no plano internacional pela Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pelo ONU em 10 de dezembro de 1984.

Integrado ao ordenamento brasileiro pelo Decreto n. 40/91, o tratado tem força de lei ordinária em nosso País.

Segundo o art. 15 dessa Convenção: "cada Estado-Parte assegurará que nenhuma declaração que se demonstre ter sido prestada como resultado de tortura possa ser invocada como prova em qualquer processo, salvo contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada".

Em consonância com a garantia contra a auto-incriminação, o depoimento - declaração viciada e, portanto, nula - não pode ser utilizado no processo para servir de prova contra ela.

4.3 PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

Correspondem ao movimento democratizante, humanizador e garantista do processo penal, os princípios da ampla defesa e do contraditório, descritos no art. 5º, inciso LV, CF: "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Como se vê tais princípios se destinam ao processo em geral, tanto o civil quanto o penal e ainda o processo administrativo, que, no Brasil, é de natureza não judicial.

No tocante ao contraditório, é imprescindível que a defesa se faça presente a todos os atos do Conselho, para que em considerando haver alguma irregularidade, possa de plano embargá-la, ou de imediato interpor recurso. Quando da oitiva de testemunhas, a presença do defensor é primordial, pois lhe será oportunizado realizar perguntas, e quando da consignação das respostas às perguntas formuladas pelos membros do Conselho se entender que não está sendo devidamente transcrita, solicitar que o seja, e ainda velar para que as testemunhas que estejam sendo ouvidas ou as provas que estejam sendo produzidas sejam direcionadas para o encontro da verdade. Por outro lado, a falta da defesa torna nulo o ato e acarreta a nulidade do processo, se não for sanado em tempo hábil.

O contraditório, que em lógica implica a existência de duas proposições tais que uma afirma o que a outra nega, tem como corolários ou implicações:

- a) a igualdade das partes ou isonomia processual;
- b) a bilateralidade da audiência e a ciência bilateral dos atos processuais (*audiatur et altera pars*);
- c) o direito à ciência prévia e a tempo da acusação, podendo o acusado dispor do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa;
- d) o direito à ciência precisa e detalhada dessa acusação;
- e) direito à compreensão da acusação e do julgamento, ainda que por meio de tradutor ou intérprete;
- f) o direito à ciência dos fundamentos fático-jurídicos da acusação;
- g) a oportunidade de contrariar a acusação e de apresentar provas e fazer ouvir testemunhas;
- h) a liberdade processual de especificar suas provas e linha de defesa, escolher seu defensor e mesmo de fazer-se revel.

4.4 PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA

Com relação à ampla defesa, quer se dizer que o acusado pode e deve utilizar todos os meios lícitos e aceitos em direito, para prover a sua defesa, nisto consiste que a defesa pode solicitar a produção de qualquer prova que julgue ser necessária para a solução da lide, porém cabe ao presidente do Conselho determinar se tal prova atende aos interesses a que se propõe, podendo, desde que justificadamente indeferir aquelas que forem consideradas meramente procrastinatórias, ou que não tenham relação com o fato que está sendo apurado. Portanto, não há a necessidade de conceder todos os pedidos formulados pela defesa, com medo de se incorrer em cerceamento de defesa, o que deve acontecer é que naqueles considerados desnecessários, a decisão denegatória seja devidamente motivada, caso contrário o ato estará viciado e poderá gerar a nulidade do processo.

Também é preciso situar o direito à ampla defesa no contexto do processo. A defesa é o mais legítimo dos direitos do homem. A defesa da vida, a defesa da honra e a defesa da liberdade, além de inatos, são direitos inseparáveis de seus respectivos objetos. A manutenção da liberdade implica a ação defensiva dessa mesma liberdade,

ainda que *in potentia*. Do mesmo modo, não se pode conceber a vida, sem o direito presente de mantê-la e de defendê-la contra ameaças ou agressões injustas ou ilegais, atuais ou iminentes.

Assim, também no processo administrativo, em que está em jogo a continuidade ou não do acusado nas fileiras da Corporação, bem como sua honra. Esses são bens valiosos do policial-militar que o diferenciam da imensa massa dos cidadãos civis. Por isso, nesse campo, quando um desses bens é posto na berlinda, a defesa deles deve ser amplamente assegurada, com todos os meios e recursos a ela inerentes.

A defesa administrativa pode ser técnica, quando realizada por meio de advogado, ou leiga. Neste caso, o acusado seria defendido por um Oficial da PMPR, indicado ou designado para tal mister. Pode, ainda o acusado defender-se pessoalmente.

Para assegurá-la às inteiras, é preciso permitir ao acusado pelo menos:

- a) o conhecimento claro e prévio da imputação;
- b) a faculdade de apresentar contra-alegações;
- c) a faculdade de acompanhar a produção da prova;
- d) o poder de apresentar contraprova;
- e) a possibilidade de interposição de recursos;
- f) o direito a um colegiado imparcial;
- g) o direito de excepcionar o colegiado por suspeição ou impedimento; e
- h) o direito à assistência de defesa técnica por advogado de sua escolha, ou leiga, por oficial indicado pelo acusado para a sua defesa, ou designado pelo CG nos casos de revelia e pessoalmente quando assim o desejar.

Quanto a este último aspecto, embora a Lei nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da OAB), em seu art. 1º disponha que: "são atividades privativas da advocacia a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais". Determinando que o *jus postulandi* é, via de regra, reservado ao advogado, regularmente habilitado em seus quadros, e sua presença seja indispensável à administração da Justiça, pela circunstância técnica da defesa, em atendimento ao preceito do art. 133 da CF, há que se levar em consideração o fato de que os dois ordenamentos jurídicos falam em Poder Judiciário e Justiça. Portanto, dizem respeito

ao procedimento judicial, o que certamente não se aplica ao processo administrativo. No entender do Professor MARTINS apud CUNHA (2004, p. 15):

...o legislador, ao elaborar o novo Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, conforme dispôs no inciso I do art. 1º de que são atividades privativas de advocacia: “...a **postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais**”, cochilou (grifei) deixando todo o Direito Administrativo Disciplinar de fora, no que inclui o Militar, ao desabrigo da obrigatoriedade de degesa por advogado, no que o próprio Estatuto descumpre o programa estabelecido pela Constituição de 1988, que no artigo 133, dispõe verbis: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”. Visto a falha do administrador, reforçou-se a noção de que o processo administrativo disciplinar militar pode desenvolver-se sem atuação de advogado. A este respeito, RUBENS APPROBATO MACHADO, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo reconheceu que: exclui-se, assim, a obrigatoriedade do advogado na postulação perante a Administração Pública, em processos administrativos, ...Portanto, nada há que obrigue a representação do acusado por advogado no processo administrativo disciplinar. Também não há disposição de lei que impeça a defesa por advogados. Por conta de tal fato, atualmente verificam-se três possibilidades: o acusado formulando ele a própria defesa; o acusado sendo defendido por outro militar (bacharel e direito ou não); e por fim o militar defendido por advogado.

Continuando sua exposição CUNHA (2004, p. 16), apresenta artigo publicado na Revista dos Tribunais, com o seguinte teor:

Em artigo nominado “Inexigência de Defensor inscrito na OAB nos Procedimentos Administrativos”, publicado na RT 708, às fl. 271/274, o D. juiz RUI STOCO, assim concluiu: “nos procedimentos administrativos, tal como ocorria antes do advento do novo Estatuto da OAB, o contraditório e a ampla defesa, como primado do ‘due process of law’, podem ser assegurados e utilizados pelo próprio indiciado, se assim desejar, por defensor dativo, ainda que leigo, ou por advogado regularmente inscrito no órgão da classe”. Em resumo, em sede administrativa, como se viu, o defensor não precisa, necessariamente, ser advogado”.

O autor para justificar o seu posicionamento, do qual comungo, traz a lume acórdãos do Tribunal de Justiça do Paraná, entre eles o de nº 14.109 da 3ª Câmara Civil, que deixam claro o posicionamento do Judiciário paranaense, quanto a não ser necessário que o acusado seja acompanhado por advogado nos processos administrativos, bastando que lhe seja garantida a ampla defesa.

Há, no entanto, uma recomendação da SJD/DP, através do ofício circular nº 610/2000/DP/SJD, aos oficiais, no sentido de que a ampla defesa, facultada aos acusados nos processos administrativos disciplinares realizados no âmbito da Corporação, em qualquer instância, seja exercida por advogado. O que me parece ser um excesso de zelo, já que não é esse o entendimento do Poder Judiciário.

O Estatuto da OAB, especifica entre os direitos do advogado o de: “comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis” (art. 7º, inciso III).

Daí resulta que a incomunicabilidade dos acusados, ainda que judicialmente decretada na forma do art. 21 do Código de Processo Penal, não impede o contato direto do advogado com o seu cliente. Esta garantia profissional do advogado é imprescindível ao asseguramento da ampla defesa do acusado. O direito profissional é uma das manifestações do direito constitucional do acusado a uma defesa efetiva e larga.

Como se viu parágrafos acima, é direito positivo, interno e também internacional, a garantia de defesa técnica no processo, admitindo-se a indicação de oficial da PMPR, para atuar como defensor, ainda que o acusado não deseje, pois não é tolerável nem razoável admitir que alguém possa ser acusado de um crime sem defender-se.

Destarte, do direito à ampla defesa decorre o dever do Estado de providenciar ampla defesa para o acusado e de velar pela sua efetividade. Quanto a este, o acusado, o único direito de defesa que se lhe retira é o de não se defender. Ou seja, mesmo que o réu silencie em seu interrogatório sempre haverá defesa. Sem defesa, não há processo penal ou administrativo

Nessa mesma medida, é óbvio que a defesa deverá ser efetiva, uma vez que defesa técnica irreal, falha, omissa, leniente equivale a ausência de defesa, sendo causa de nulidade do processo.

4.5 PRINCÍPIO DO *BIS IN IDEM*

Conforme o art. 14, §7º, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos: “ninguém poderá ser processado ou punido por um delito pelo qual já foi absolvido ou condenado por sentença passada em julgado, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país”.

Pelo art. 8º, § 4º, do Pacto de São José da Costa Rica: o acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

No Brasil, além das disposições convencionais, derivadas de tratados, assegura-se a autoridade da coisa julgada no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, o que vale dizer que, se o acusado já tiver sido punido disciplinarmente pelo fato incriminado, não poderá ser submetido a Conselho de Disciplina, pois em caso de exclusão das fileiras da Corporação, ou ainda de punição disciplinar, ocorreria a dupla punição, o que é vedado pelo princípio em tela. Portanto, se por um motivo ou outro o acusado já sofreu a sanção disciplinar, o caso está exaurido, nada mais há a ser feito no campo administrativo, salvo se constatada alguma irregularidade que possa tornar nula a pena disciplinar anteriormente aplicada.

4.6 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Igualmente relevante é o princípio da publicidade, que se dirige a toda a Administração Pública, art. 37 da CF/88. Decorrente da democracia e do sistema acusatório, o princípio da publicidade encontra guarida no art. 5º, inciso LX, da Constituição Federal, que declara: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.

A publicidade surge como uma garantia individual determinando que os processos civis, penais e administrativos sejam, em regra, públicos, para evitar abusos dos órgãos julgadores, limitar formas opressivas de atuação da justiça criminal e facilitar o controle social sobre o Judiciário e o Ministério Público.

O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça, determina o art. 8º, § 5º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A regra, tamanha a sua importância, é reafirmada no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, conforme o qual: “todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade”.

A publicidade, como garantia, aparece também no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, que assegura a todos o direito de: “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”.

Há dois aspectos do princípio da publicidade:

- a) a publicidade geral ou plena, como regra para todo e qualquer processo;
- b) a publicidade especial, em que se restringe a audiência nos atos processuais e as informações sobre o processo às partes e procuradores, ou somente a estes.

Como crítica ao princípio, reconhecem benefícios e malefícios. O maior dos benefícios é a dificuldade de se cometer abusos, exageros, omissões e levandades processuais, pela possibilidade de constante controle das partes, dos advogados, do Ministério Público, da imprensa e da sociedade. O mais deplorável dos malefícios (ou talvez o único) é a possibilidade de haver, com a publicidade, a exploração fantasiosa ou sensacionalista de fatos levados à discussão nos tribunais e no conselho, como aconteceu recentemente, em que o PM que estava submetido a Conselho, procurou a imprensa e repassou informações inverídicas de que estaria sendo julgado por ser negro, o que gerou grande afluxo da imprensa para o local e prejudicou os andamentos dos trabalhos.

Para evitar esses abusos midiáticos, em certas causas e situações há exceções ao princípio da publicidade plena, como quando a divulgação da informação ou diligência represente risco à defesa do interesse social ou do interesse público; à defesa da intimidade, imagem, honra e da vida privada das partes; e à segurança da sociedade e do Estado.

4.7 PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA

Previsto no art. 5º, inciso LVII, da Constituição brasileira, este princípio é também denominado da presunção de inocência ou da presunção de não-culpabilidade.

Acolhida também nos tratados internacionais sobre direitos humanos, esta garantia representou ao tempo de sua introdução nos sistemas jurídicos um enorme avanço. Ninguém poderia ser considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Já constava da Declaração Francesa de 1789 no art. 9º: “todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado”.

A Declaração Universal de 1948 assentou, com mais detalhes, que: “toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que a

culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa (art. XI)".

Como corolário dessa idéia, foi preciso desenvolver o sistema acusatório, atribuindo-se a um órgão público a missão de alegar e provar os fatos criminais, em nome do Estado, desfazendo a presunção legal que vigora em prol do indivíduo.

A presunção de inocência prevista, de forma positivada, desde 1789, foi repetida também no art. 8º, §2º, do Pacto de São José da Costa Rica (introduzido no Brasil pelo Decreto Federal n. 678/92) e no art. 14, §2º, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966.

A jurisprudência, especialmente a do Superior Tribunal de Justiça, tem afirmado que as medidas coercitivas ou as providências restritivas do *jus libertatis* anteriores à decisão condenatória definitiva não ofendem o princípio da presunção de inocência.

Dito isto, é preciso observar que as conseqüências do princípio do estado de inocência, no Conselho de Disciplina, são resumidamente:

a) a de atribuir inexoravelmente o ônus da prova da culpabilidade do acusado ao Conselho;

b) concomitantemente, o efeito de desobrigar o réu de provar a sua inocência; e

c) o de assegurar a validade da regra universal *In dubio pro reo*, aplicada no direito anglo-saxônico com o nome de *reasonable doubt*, que sempre favorece a posição jurídica do acusado.

Ocorre que em virtude de tal princípio, por vezes, a defesa tenta barrar o andamento do processo administrativo, alegando que somente se poderá prosseguir após o julgamento na esfera criminal, do que discordo, uma vez que como já vimos anteriormente as esferas penal e administrativas são independentes e o Conselho é um tribunal de honra, onde o que está sendo julgado é a capacidade moral do acusado em continuar ostentando a farda da Polícia Militar.

5 APLICABILIDADE DA LEI Nº 6.961/77

A Polícia Militar do Paraná, instituição centenária, está alicerçada na hierarquia e na disciplina, e esses dois elementos de sustentação da estrutura militar, quando atingidos, por menor que seja o ferimento causado, provocam o desencadeamento de todo um mecanismo de autodefesa, que se consubstancia no poder disciplinar. Assim, por ser uma Instituição hierárquica por excelência, tem pautado a conduta de seus integrantes em regras disciplinares bastante rígidas.

O poder disciplinar é exercido nos mais diversos níveis de comando, possibilitando uma ação imediata e saneadora das incorreções cometidas pelos milicianos em qualquer que seja a situação, atingindo atos praticados mesmo quando de folga e no seio de sua família, demonstrando que o fato de ser um policial-militar, faz com que o cidadão molde a sua vida dentro dos mais altos padrões morais e sociais, não importando a sua posição hierárquica ou sua condição de ativa ou reserva. Portanto todos aqueles que ostentam o nome da PMPR, devem zelar pela imagem da Corporação, acima de seus interesses pessoais, e quando isso não é observado são submetidos aos rigores das leis e regulamentos, sendo esta a forma encontrada para se manter a Polícia Militar hígida e respeitada pela comunidade paranaense.

Os instrumentos para correção da disciplina colocados a disposição dos comandantes são: o Regulamento Disciplinar do Exército; o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná; o Código da PMPR; o Regulamento Interno de Serviços Gerais (RISG) da PMPR; o Conselho de Justificação; e o Conselho de Disciplina.

De todos esses instrumentos, o que nos interessa de momento é o Conselho de Disciplina, que é reconhecidamente a única forma de se excluir um policial-militar no Estado do Paraná, porque embora anterior à Constituição Federal de 1988, contempla os princípios constitucionais, principalmente o da ampla defesa e do contraditório.

O Conselho de Disciplina é regulado pela Lei Estadual nº 6.961, de 28 de novembro de 1977, que estabelece o devido processo legal a que será submetido o miliciano estadual que venha a incorrer em atos que afrontem a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. A legislação em comento é o instrumento de que

se vale a administração para apurar as faltas cometidas e excluir aqueles que não se enquadrem nas regras impostas aos policiais-militares.

Cabe ressaltar que o Conselho de Disciplina não é uma espada colocada sobre a cabeça do miliciano e que pode a qualquer momento ser utilizada, para isso existem regras bastante claras e que são do conhecimento de toda a instituição, portanto o policial-militar que for submetido a Conselho não poderá alegar que desconhecia tal possibilidade. Os fatos mais comuns que acabam por levar à instauração de um procedimento administrativo dessa natureza, são de envolvimento com atos ilícitos e notadamente os de corrupção, pois estes afrontam os ditames legais que regem a vida dentro da Polícia Militar do Paraná.

Ao ingressar na Corporação, e deixar o mundo civil, o cidadão presta um compromisso de honra, no qual afirma sua aceitação consciente das obrigações e deveres inerentes à carreira profissional. Este compromisso, nos termos do art. 47, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da PMPR), é o ato pelo qual o militar presta juramento solene de subordinação às leis e aos seus deveres, por sua vez o art. 49 da mesma lei traz o teor do juramento, assim descrito:

Art. 49. Os elementos que se alistarem na Corporação, prestarão solenemente o seguinte compromisso: "Alistando-me soldado da Polícia Militar do Estado, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, respeitar os meus superiores hierárquicos, tratar com afeto os meus companheiros de armas e com bondade os que venham a ser meus subordinados; cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes e dedicar-me inteiramente ao serviço do Estado e da minha Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida."

Ao prestar o juramento solene, aceitam-se os valores próprios da Corporação, que foram cultivados através dos tempos e devidamente concentrados e sistematizados nos rígidos regulamentos e regras de conduta utilizadas diuturnamente no serviço da instituição, que resulta no comprometimento do miliciano com o espírito policial-militar, bem como deve ele pautar seus atos de conduta de acordo com as regras da consciência moral social, regras de conduta estas que possuem, naturalmente, uma força repressiva com o objetivo de manter hígida a força pública, dentro dos padrões que a sociedade exige, o que certamente é afrontado quando se comete um ato de corrupção, e neste momento o infrator rompe o elo que o liga à Corporação, e deve ser

submetido a um processo administrativo para dizer de sua permanência ou não nas suas fileiras.

Conselho de Disciplina é um instrumento tipicamente militar e essencialmente de natureza moral, destinado a analisar fatos que dizem respeito à conduta policial-militar, sempre que a respeito dela houver uma acusação formal que seja capaz de gerar incompatibilidade para o exercício de seu *munus* público. Esclareço que por acusação formal, tem-se a denúncia formulada pelo Ministério Público, o Inquérito Policial Militar, a Sindicância, e até mesmo o Procedimento de Apuração de Transgressão Disciplinar, quando estes trouxerem os elementos suficientes para a abertura do procedimento.

O Conselho de Disciplina pressupõe a noção fundamental da existência de uma norma administrativa de caráter punitivo. Assim, tem o objetivo fundamental de verificar as condições de fato e de direito para aplicação ou não da punição administrativa máxima (exclusão do acusado das fileiras da Corporação), bem como a convocação de uma comissão, por ato do Comandante-Geral, com capacidade para examinar, instruir e dar parecer, no respectivo processo administrativo.

O art. 2º da Lei nº 6.961/77, estabelece a competência do Conselho de Disciplina e a quem ele está destinado, nos seguintes termos:

Art. 2º Compete ao Conselho de Disciplina, assegurada ampla defesa ao acusado, julgar: a) a incapacidade do aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada, para permanência na ativa; b) a incapacidade do aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, reformados ou na reserva remunerada, para permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Devo esclarecer que após a Constituição Federal de 1988, no afã de se atender aos princípios da ampla defesa e do contraditório, embasados em uma lei, passou-se a utilizar a lei do conselho de disciplina a todos os praças da Corporação, de forma que se deixou de lado o critério da estabilidade.

Já o art. 3º da Lei nº 6.961/77, determina quais são as situações em que os policiais-militares serão submetidos a conselho, destas nos interessa o previsto no inciso I, letras a, b e c, e inciso III, com a seguinte redação:

Art. 3º É submetido ao Conselho de Disciplina o policial militar referido no artigo 2º que for: I – acusado oficialmente de ter: a) procedido incorretamente no desempenho de função orgânica; b)

conduta irregular; c) praticado ato que afete o pundonor policial-militar ou comprometa o decoro da classe; II – ...; III - condenado por crime comum ou militar, de natureza dolosa, em sentença definitiva, à pena restritiva de liberdade;

Na gênese dos Conselhos registrados ao longo de nossa evolução institucional, está implícito o princípio de que o policial-militar, acusado de uma atitude capaz de ferir preceito militares, deve ser julgado por seus próprios pares, que melhor do que ninguém poderão aquilatar a gravidade da falta cometida e seus reflexos na Corporação, este o entendimento do legislador ao determinar a composição do Conselho, no art. 6º da Lei nº 6.961/77, e ainda citando aqueles que não podem compor a comissão, de forma a garantir a lisura do procedimento

Art. 6º O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação. § 1º O membro mais antigo, no mínimo um oficial intermediário, será o Presidente do Conselho de Disciplina; e o que lhe segue em antigüidade exercerá as funções de interrogante e relator: e o mais moderno as de escrivão. § 2º Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina: o oficial que formulou a acusação; os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e os oficiais que tenham interesse na decisão.

Embora no corpo da Lei nº 6.961/77, haja toda uma preocupação com a defesa, de modo a permitir que o acusado possa produzir todas as provas admitidas em direito, no art. 17 o legislador, como forma de suprir eventuais falhas, determina que o Código de Processo Penal Militar seja utilizado subsidiariamente, o que abre um leque de possibilidades, tanto para a defesa, como para a comissão que deverá se munir das mais variadas formas de se produzir provas, para chegar a verdade dos fatos, possibilitando uma maior segurança na decisão.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, já se manifestou através de acórdãos, sobre a validade do conselho de disciplina e de sua decisão pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, dos quais transcrevo o seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 108881-9, DE CURITIBA, 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS. RELATOR : DES. JESUS SARRÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DA TROPA. ATO DE COMPETÊNCIA DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. 1. O ato de exclusão de policial militar da Corporação, por falta disciplinar apurada pelo Conselho de Disciplina, é de competência do Comandante Geral da Polícia Militar, não se aplicando, no caso, o art. 125, § 4º, da Constituição Federal, que diz respeito à perda da patente ou graduação como pena acessória de condenação por crime militar. 2. A decisão do Comandante Geral da Polícia

Militar não está vinculada ao que opinou o Conselho de Disciplina quanto à punição aplicável. 3. ... Trata-se de apelação contra a sentença de improcedente de fls. 222/226, proferida em mandado de segurança impetrado com a finalidade de anular ato do Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, pelo qual, a bem da disciplina e da moralidade da tropa, excluiu o impetrante da Corporação e do CPI/18º BPM. Alegou o impetrante, na petição inicial, que se o Conselho de Disciplina, no processo disciplinar, opinou apenas pela aplicação de pena administrativa por disparo acidental de seu revólver, que atingiu a parede da Delegacia de Polícia na qual se encontrava destacado, não poderia o Sr. Comandante Geral da Polícia Militar tê-lo excluído da Corporação. A exclusão também não seria possível por ato dessa natureza, porque o impetrante era policial militar estável. Além disso, teria havido cerceamento de defesa, porque, antes de editado esse ato, determinara seu signatário a intimação do impetrante para assegurar-lhe o direito à interposição de recurso e, no entanto, só foi intimado do ato de exclusão. Entendeu o Juiz, Dr. Orestes Dilay, que a competência para a prática do ato é do Comandante Geral da Polícia Militar, que não está vinculado às conclusões do Conselho de Disciplina. A competência do Tribunal de Justiça, como referido no artigo 125, da Constituição Federal, é para o julgamento de militar nos crimes militares, e no caso de perda de Posto ou Patente, matérias que não são objeto da impetração. ... Pretendendo que se reforme a sentença para os fins da inicial, o apelante renova os argumentos nela expendidos. Contra-arrazoado o recurso (fls. 249/254), opinou a douta Procuradoria-Geral de Justiça pelo seu desprovemento (fls. 266/270). É o relatório. Voto. Não se cuidou, nos autos, porque descabido, saber se a falta atribuída ao impetrante se caracteriza como grave de modo a justificar, diante de sua ficha funcional, sua exclusão da Corporação. Verifica-se, no que interessa, ter razão o Dr. Juiz ao dizer que a decisão do Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, proferida segundo sua competência, não está vinculada à opinião do Conselho de Disciplina quanto à penalidade a ser aplicada. A propósito, disse o ilustre Promotor de Justiça em 2º grau: Em primeiro lugar, o Conselho de Disciplina apura os fatos e leva sua opinião ao superior hierárquico o Comandante-Geral -, ao qual cabe decidir a punição do Soldado infrator das normas de conduta da Corporação. Este, por sua vez, não está obrigado a acatar o parecer do Conselho de Disciplina. No que se refere à competência para a prática do ato, assim já decidiu esta Câmara na Apelação Cível nº 95150-2, de Curitiba, 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da qual fui relator: POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DA CORPORACÃO. FALTA DISCIPLINAR. COMPETÊNCIA DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - Apurada, em procedimento regular, a falta atribuída ao policial militar, que justifica sua exclusão da tropa, pode o Comandante Geral da corporação excluí-lo por ato administrativo, não se aplicando, no caso, as disposições do art. 125, § 4º, da Constituição Federal, que dizem respeito à perda da patente ou graduação como pena acessória de condenação por crime militar. ... Diante do exposto, ACORDAM os Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento à apelação. Participaram do julgamento, votando com o relator, os Senhores Desembargadores Nério Spessato Ferreira e Regina Afonso Portes. Curitiba, 11 de dezembro de 2001. Des. Jesus Sarão Presidente e relator.

Este é também o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, como se pode ver no acórdão abaixo:

RMS – ATO ADMINISTRATIVO – POLICIAL MILITAR – EXCLUSÃO DOS QUADROS A BEM DA DISCIPLINA – APURAÇÃO DA FALTA EM CONSELHO DE DISCIPLINA – OBSERVÂNCIA DA AÇÃO PENAL – ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO – JUÍZO COMPETENTE – 1 – Não há ilegalidade ou abuso de poder no ato administrativo que, a bem da disciplina, exclui soldado dos quadros da polícia militar, vez que a transgressão imputada ao servidor foi apurada mediante instauração de conselho de disciplina, que é equivalente ao inquérito administrativo disciplinar do servidor civil, sendo-lhe assegurada todas as garantias constitucionais pertinentes ao seu direito de defesa. 2 – Ainda que ocorra absolvição criminal, impõe-se reconhecer que a mesma não

condiciona o procedimento administrativo disciplinar a resultado favorável, em havendo falta residual (Súmula nº 18/STJ). 3 – Em sendo regular o ato de exclusão, não cabe mais a permanência do servidor nas dependências militares, pelo que, eventual ilegalidade da prisão decorrente de ação penal comum, deverá ser discutida no juízo adequado e pela medida correta. 4 – Recurso improvido. (STJ – RO-MS 4452 – RJ – 6ª T. – Rel. Min. Anselmo Santiago – DJU 05.04.1999 – p. 150)

Assim, acredito ter demonstrado que o conselho de disciplina é perfeitamente aplicável para a apuração do prejuízo causado à imagem da Polícia Militar do Paraná.

5.1 INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA

Os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer atos que afrontem a legislação em vigor. A atividade desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná, pela natureza de suas ações, acaba por se tornar um campo fértil para a prática de atos de corrupção, em que por ação ou omissão o policial-militar deixa de agir conforme a lei ou age contra aos seus ordenamentos, ficando sujeito a ser submetido às sanções penais, civis e administrativas.

O que determina em que norma o ato será enquadrado e qual as esferas afetadas é a própria lei, desta forma, um mesmo ato pode vir a ser apreciado nas três esferas citadas, que atuam independentemente uma das outras, o que leva a dizer que um ato que porventura seja considerado de pouca gravidade na esfera penal, pode ser considerado grave na esfera administrativa.

Ressalte-se, que a independência das instâncias judicial penal e administrativa é regra no Direito Brasileiro, a punição interna autônoma que é, pois o ilícito administrativo independe do ilícito penal, o que não pode é aplicar a Administração punições arbitrárias, que não estejam legalmente previstas, em atendimento ao tão comentado princípio da legalidade objetiva.

A responsabilização de servidores públicos na esfera administrativa, ao contrário do que se imagina, independe de outras medidas que possam ser tomadas mesmo concomitantemente, nas esferas penal e/ou cível. Este é o entendimento doutrinário de MEIRELLES (1993, p. 413), que transcrevo:

Os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer infrações de três ordens: administrativa, civil e criminal. Por essas infrações deverão ser responsabilizados no âmbito interno da Administração e perante a Justiça comum. A responsabilização dos servidores públicos é dever genérico da Administração e específico de todo chefe em relação a seus subordinados. No campo do Direito Administrativo esse dever de responsabilização foi erigido em obrigação legal, e mais que isso, em crime funcional, quando relegado pelo superior hierárquico, assumindo a forma de condescendência criminosa (CP Art. 320 e Art. 322 do CPPM). E sobejam razões para esse rigor, uma vez que tanto lesa a Administração a infração do subordinado, como a tolerância do chefe pela falta cometida, o que é um estímulo para o cometimento de novas infrações. Responsabilidade administrativa é a que resulta da violação de normas internas da Administração, pelo servidor sujeito ao estatuto e disposições complementares estabelecidas em lei, decreto ou qualquer outro provimento regulamentar da função pública. A falta funcional gera o ilícito administrativo e dá ensejo à aplicação de pena disciplinar, pelo superior hierárquico, no devido processo legal. A punição administrativa ou disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeita também o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração a aguardar o desfecho dos demais processos. Apurada a falta funcional, pelos meios adequados (processo administrativo, sindicância ou meio sumário), o servidor fica sujeito, desde logo, a penalidade administrativa correspondente. A punição interna, autônoma que é, pode ser aplicada ao servidor antes do julgamento judicial do mesmo fato. E assim é porque, como já vimos, o ilícito administrativo independe do ilícito penal. A absolvição criminal só afastará o ato punitivo se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou que o acusado não foi seu autor.

No mesmo sentido é o ensinamento de GASPARINI (1995, p. 173):

A prática de crime funcional dá origem à responsabilidade penal, enquanto os danos patrimoniais causados à entidade a que está ligado ou aos administrados e as violações ao correto desempenho de suas competências ensejam, respectivamente, a responsabilidade civil e a responsabilidade administrativa. Essas são as espécies de responsabilidades a que está sujeito o servidor público. Ditas responsabilidades não se excluem mutuamente. Ao contrário, podem incidir simultaneamente. Com efeito, pelo mesmo ato o servidor público pode responder civil, penal e administrativamente. (grifo nosso).

Idêntico o entendimento de LOUREIRO NETO (1999, p. 27), conforme se pode ver:

É assente o princípio que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato, princípio esse válido tanto na esfera disciplinar como penal. Nada impede contudo que pelo mesmo fato o militar possa sofrer sanções disciplinares como penais. Justifica-se, pois a jurisdição penal é independente da administrativa. Cada jurisdição tem sua substância própria: a penal, o delito, enquanto que a disciplinar, a falta. Ora, como um mesmo fato pode constituir-se simultaneamente uma falta e um delito, é natural que cada uma delas seja apreciada por suas respectivas jurisdições. Assim como o comandante pune o subordinado pela falta disciplinar prevista no Regulamento Disciplinar, o Conselho de Justiça pune o réu pela prática de crime previsto no Código Penal Militar. Portanto infere-se que o órgão ministerial não deixará de propor a ação penal tendo em vista que o indiciado foi punido pelo fato disciplinarmente; e nem o comandante deixará de punir o indiciado disciplinarmente na expectativa de uma manifestação do órgão ministerial, seja na proposição da ação penal, seja no pedido de arquivamento do inquérito policial militar. Ambas jurisdições, como se disse, atuam em áreas distintas e estanque. Não há, portanto, a ocorrência do *bis in idem*.

Os tribunais ao serem instados a se manifestarem sobre o assunto têm-se posicionado de forma a corroborar o posicionamento doutrinário supra, assim apenas para ilustrar cito decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal:

Funcionário. Demissão após processo regular, em que se assegura ampla defesa. A penalidade administrativa não está condicionada ao prévio pronunciamento da esfera criminal. (RE nº 75.421, 1ª Turma, STF, in RT 71/761). MANDADO DE SEGURANÇA – Não há dúvida de que são independentes as instâncias penal e administrativa(grifo meu), só repercutindo aquela nesta quando ela se manifesta pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Não aplicação ao caso do disposto nos arts. 5º, LVII, e 41, § 2º, da Constituição Federal. (STF – MS 21.545 – SP – TP – Rel. Min. Moreira Alves – DJU 02.04.1993)

Nesse sentido, é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná:

POLICIAL MILITAR - PUNIÇÃO DISCIPLINAR - EXCLUSÃO - INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E CRIMINAL. - AO POLICIAL MILITAR PODERÁ SER APLICADA, PELO SUPERIOR HIERÁRQUICO, A PUNIÇÃO DISCIPLINAR CONSISTENTE EM EXCLUSÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM QUE LHE SEJA ASSEGURADO O DIREITO DE DEFESA E O CONTRADITÓRIO. O ART. 125, § 4º, DA CF/88 RESERVA A JUSTIÇA MILITAR A APLICAÇÃO DE PENA ACESSÓRIA EM CONDENAÇÃO POR CRIME, O QUE, CONTUDO, NÃO EXCLUI O PODER DISCIPLINAR DO SUPERIOR HIERÁRQUICO DO POLICIAL MILITAR - DADA A INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E CRIMINAL, A INSTAURAÇÃO DE AÇÃO PENAL, SALVO SE COMPROVADO ESTAR SENDO DEBATIDA NA ÓRBITA CRIMINAL A INEXISTÊNCIA DO FATO OU A NEGATIVA DE AUTORIA, NÃO ACARRETA PREJUÍZO PARA O PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, COM A CONSEQUENTE IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO DISCIPLINAR." ACÓRDÃO 18073 - APELAÇÃO CÍVEL RELATOR: DES. PACHECO ROCHA COMARCA: - ÓRGÃO JULGADOR. PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL - PUBLICAÇÃO. 19/06/2000

Assim, também se manifestou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, através de acórdão:

ADMINISTRATIVO – POLICIAL MILITAR – EXCLUSÃO POR MOTIVOS DISCIPLINARES – ABSOLVIÇÃO CRIMINAL – IRRELEVÂNCIA – 1. Não se baseando a ulterior absolvição criminal na inexistência do fato ou em negativa da autoria, ela não infirma a exclusão de praça da brigada militar, por motivos disciplinares, após condenação em conselho de disciplina (art. 129, III, "b", da Lei nº 7.138/78), vez que as instâncias administrativa e penal se mostram, de regra, independentes. 2. Apelação desprovida. (TJRS – AC 598209971 – RS – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Araken de Assis – J. 09.09.1998)

5.2 O CONSELHO DE DISCIPLINA E O ART 125, § 4º DA CF 88

No tocante à aplicação do art. 125, § 4º da CF, este não tem a capacidade de inviabilizar o processo administrativo, vez que trata da perda da graduação das praças,

por cometimento de crime militar, o que como já visto, não é tratado no Conselho de Disciplina, que é na verdade um tribunal de honra, em que são julgadas questões morais que comprometam o pundonor militar, o decoro da classe e a honra pessoal.

O Conselho de Disciplina, como já visto acima, é perfeitamente aplicável às pessoas citadas no art. 2º da Lei Estadual nº 6.961/77, porém alguns defensores buscam no art. 125, § 4º da CF, o embasamento para que seus clientes não sejam submetidos a processo administrativo, por entenderem que somente o Tribunal de Justiça do Paraná poderia julgar a perda da graduação das praças, porém, não é este o entendimento reinante no Judiciário paranaense, que já se manifestou sobre o assunto, quando do julgamento da Representação nº 06/97, pronunciando-se da seguinte forma:

REPRESENTAÇÃO PARA A PERDA DA GRADUAÇÃO DE PRAÇA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JULGAMENTO NOS CASOS DE CRIME MILITAR. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. NÃO CONHECIMENTO (Não se conheceu da representação. Unânime. Julgamento 17/12/97). Somente nos crimes militares e não nos casos de infração disciplinares compete ao Tribunal de Justiça decidir sob a perda da graduação das praças, pois emprestar-se ao § 4º do art. 125, da CF, outra interpretação que não esta, implicaria não somente ofensa ao princípio da separação dos poderes, mas também ao princípio da igualdade, dado que as praças das Forças Armadas não gozam de tal benefício, nem nenhum servidor que não seja vitalício. DECISÃO: ACORDAM OS INTEGRANTES DA 4ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, EM NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – POLICIAL MILITAR – EXCLUSÃO DAS FILEIRAS DA CORPORAÇÃO – LIMINAR REVOGADA – POSSIBILIDADE – PRÁTICA DE ATO INCOMPATÍVEL COM A FUNÇÃO POLICIAL – EXPULSÃO – SANÇÃO ADMINISTRATIVA – COMPETÊNCIA – SUPERIOR HIERARQUICO – DECISÃO MANTIDA – AGRAVO NÃO PROVIDO. A sanção disciplinar de exclusão de praça da polícia militar não está reservada à justiça militar estadual, podendo, em regular processo administrativo, ser aplicada pelo superior hierárquico competente e inaplicável na espécie o art. 125 § 4º., da constituição federal, que cuida, apenas, da competência da justiça militar para o julgamento de policiais-militares, nos crimes definidos em lei, e aplicação acessória de perda do posto ou da graduação, uma vez que aludido texto não exclui a competência administrativa, prevista no art. 41 § 1º., para exclusão de funcionário civil ou militar, envolvidos em falta grave, desde que apurada em regular procedimento, com ampla defesa, como sucedeu no caso.

Da mesma forma o STF, pela súmula 673, manifestou seu entendimento de que a graduação das praças estaduais não se reveste da garantia da vitaliciedade, podendo o mau militar perdê-la em razão de processo administrativo e também em face da condenação pela prática de crime comum.

Seria inadmissível querer que a Instituição ficasse inerte diante de um ato grave cometido por policial-militar, e que causou prejuízos à sua imagem, somente porque

teria que esperar o pronunciamento da justiça. Nesses casos, devem ser tomadas medidas administrativas, saneadoras da hierarquia e da disciplina, senão poderia ser visto como incentivo àqueles que transgridem as normas e serviria de impulso para que outros assim agissem.

5.3 O CONSELHO DE DISCIPLINA E O ART 14, § 4º DO RDE

A previsão contida no art. 14, § 4º da CF, trata de crime e transgressão disciplinar, dizendo: “No concurso de crime e transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, esta é absorvida por aquele e aplica-se somente a pena relativa ao crime”.

Aqui cabem alguns esclarecimentos, primeiro quanto à aplicação do RDE pela Polícia Militar do Paraná, que se dá através do art. 482 do Decreto Estadual nº 9.060, datado de 01 de dezembro de 1949, com a seguinte redação: “Na Polícia Militar do Estado terá aplicação o Regulamento Disciplinar em vigor no Exército Nacional, com as alterações constantes deste regulamento”.

Segundo, quanto ao contido no § 2º do art. 14 do RDE, assim descrito: “As responsabilidades nas esferas cível, criminal e administrativa são independentes entre si e podem ser apuradas concomitantemente”. Desta forma, o próprio Regulamento disciplina que em caso de apuração por esferas diferentes, esta pode se dar ao mesmo tempo, não havendo no caso do Conselho de Disciplina afronta a este diploma legal.

Sobre o assunto, manifestou-se CUNHA (2004, p. 43), nos seguintes termos:

A autoridade militar verificando que a falta cometida, além de crime, constitui conduta irregular de natureza grave, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe e que atente contra a moral, a ética e às normas da Organização Militar, com fulcro na legislação decidirá pela instauração do correspondente processo disciplinar administrativo, para verificar a capacidade de permanência ou não do militar infrator nas fileiras da Instituição.

A aplicação da Lei nº 6.961/77 se dá de forma isolada e independente do previsto pelo RDE, sendo aplicada por ser norma própria da Polícia Militar do Paraná, visando atingir o resíduo moral deixado pelos atos ilícitos praticados.

6 O CONSELHO DE DISCIPLINA E O RESÍDUO MORAL

O Conselho de Disciplina tem por finalidade apurar atos que afetem o pundonor policial-militar, o decore da classe, portanto o aspecto administrativo da infração cometida. Faz-se necessário esclarecer que o interesse da administração recai sobre o aspecto moral da infração e o seu reflexo na Instituição.

Não se pode olvidar a necessidade de se manter a instituição hígida, o que somente é conseguido com a exclusão dos maus policiais-militares, que com suas condutas desregradas maculam o bom nome da Corporação, e punindo severamente aqueles que afrontem os princípios basilares da hierarquia e da disciplina, ainda que o ato praticado não seja suficiente para submetê-los a Conselho de Disciplina; deve ficar claro que os desvios não serão tolerados.

As normas que regulam o Conselho de Disciplina, traduzem o princípio de que cabe à Instituição Policial-Militar zelar pelo cumprimento da lei, de forma a penalizar todos seus transgressores. Ademais a não-punição dos violadores constituiria, sem dúvida nenhuma, incentivo cada vez maior ao desrespeito e descaso para com as normas e padrões de comportamento exigidos pela PMPR, e esperados pela sociedade, além de desvalorizar os bons policiais-militares. Como ilustração, trago a lume os ensinamentos de VALLA (2003, p. 49), em que encontramos a seguinte afirmação: "..., não se corrige a indisciplina com condescendência e a cumplicidade. Estas, **associadas à permissividade**, tem a capacidade de produzir um profissional viciado e despreparado,...".

Assim, deve-se entender que o resíduo moral, afronta normas próprias da vida miliciana, entre outros: o Código da PMPR, o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná e o RDE.

Nessa ótica vê-se nitidamente, que o miliciano ao adotar uma postura desonrosa, reprovável, indigna, inaceitável e nociva para a hierarquia e disciplina no seio da tropa, viola os valores éticos, morais e sociais, que se encontram descritos no art. 6º, do Decreto Federal 4346/02 (RDE), e que foram detalhados na obra de VALLA (2003, p. 104 e 105), da seguinte forma:

1) honra pessoal - resume-se no sentimento de dignidade própria que leva o homem a merecer e manter a consideração pública. A honra é, sobretudo, o extrato do caráter do homem. Como premissa, a firmeza de caráter é o pressuposto para a existência da honra. Se a boa reputação é necessária ao homem comum, notadamente ao policial-militar, em razão da relevância das funções exercidas perante o público, exige-se que a sua conduta seja pautada em superlativas qualidades humanas, principalmente, com relação à honestidade, o amor à verdade e o respeito. Reclama-se, daí, que a honra pessoal, na vida pública e na vida particular, deve ser inatacável. Por isso, ela é, certamente o parâmetro básico para a avaliação da validade ou não da vida de um homem. **“Um miliciano sem honra é um homem morto para a vida profissional”**; **2) pundonor militar** - está intimamente ligado à honra pessoal. É o esforço do homem para compatibilizar sua conduta como um profissional zeloso da própria reputação. Em serviço, ou fora dele, o policial-militar deve manter elevado padrão de decência, porque o sucesso profissional pode ser decorrente do respeito que lhe é devido, bem como a dignidade, o prestígio e a autoridade creditadas à notável profissão; **3) decoro da classe** - aqui se trata do “valor moral e social da Corporação”. Esse valor não é mais que a repercussão do valor social dos indivíduos submetidos às mesmas regras ou estatutos e não subsistem sem o sentimento de zelo da Corporação e da própria reputação coletiva, a qual é avigorada na dignidade pessoal de seus componentes. A profissão policial-militar é uma experiência humana, como tal, situa-se no plano da ética. Consequentemente, de um lado a conduta moral irrepreensível de cada um, também na vida privada, de outro a impassível preocupação com a reputação da classe milicianas, para que um comportamento indigno ou indecoroso não venha a respingar a farda, fortalecem a sustentação da Corporação diante da opinião pública.”

Na vida milicianas, as peculiaridades especiais da profissão, subordinam o profissional a severas sanções, tanto no campo do direito, quanto no campo da moral, sendo assim inconcebível que um policial-militar, que tem o dever de manter a ordem, a segurança e a incolumidade dos cidadãos, e a obrigação de pautar sua conduta de sorte a não macular o bom nome da Instituição, venha com seus atos, atingir sobremaneira a imagem da Corporação, comprometendo sua credibilidade perante a sociedade. Cabe salientar que ao praticar uma conduta que afronte os valores acima descritos, os milicianos paranaenses, que além de fazerem cumprir as leis, a elas se submetem, fica sujeito aos rigores dos regulamentos e leis próprias da vida na caserna.

Por seu lado, a sociedade tem-se manifestado sobre a conduta que espera de suas forças de segurança, principalmente das polícias militares, que são regidas pelos princípios da hierarquia e da disciplina, que as tornam suscetíveis a normas mais rígidas. Para tanto trazemos a lume o voto, lançado em venerando acórdão, prolatado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Recurso de *Habeas Corpus* nº 910.111.620-7/DF, *litteram*; vê-se na hierarquia e disciplina condição *sine qua non* à vida militar:

Na vida cada cidadão segue um caminho. Cada caminho seguido tem a sua própria feição. Se o cidadão resolve seguir a vida militar, deve estar ciente de que é uma vida cheia de limitações,

cheia de imposições, que no Mundo Civil, às vezes são até absurdas, mas que no Mundo Militar, justificam-se pelos princípios da hierarquia e disciplina ...

A Polícia Militar do Paraná, está alicerçada em duas vigas mestras, a hierarquia e a disciplina, e esses dois suportes de sustentação da estrutura militar, quando atingidos, por menor que seja a ofensa causada, provocam o desencadeamento de todo um mecanismo de autodefesa, que se consubstancia no poder disciplinar. Mesmo o homem comum é sabedor da importância de tais ditames para a própria existência da Corporação, que desempenha suas missões claramente dispostas na Lei Fundamental através do árduo trabalho desenvolvido por seus homens. Assim, o crime praticado pelo policial-militar é a pior inversão do dever, e a degradante desonra funcional da Instituição mais necessitada de confiança, crédito do povo e de autoridade moral para prevenir a reprimir excessos por parte de infratores da lei e da ordem.

A Polícia Militar do Paraná, Instituição honrada e permanente na defesa da comunidade, tem sua estrutura firmada nas mais rígidas normas norteadoras da conduta de seus integrantes, que devem manter correto alinhamento com a moral, lei e costumes, objetivando o resguardo da honra pessoal, do pundonor militar e decoro da classe.

É oportuno enfatizar que o Código da PMPR, em seu art. 102 e seguintes, determina com boa clareza os deveres e responsabilidades do policial-militar, fatores que serão observados quando este for submetido a conselho de disciplina, ressaltando que crime não será analisado e sim a conduta funcional, vejamos a seguir:

Art. 102. São deveres do militar: a) garantir, na esfera de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e defender o País, em caso de agressão, especialmente quando convocado, na forma estabelecida pelas leis federais e estaduais em vigor; b) exercer, com dignidade e eficiência, as funções que lhes forem atribuídas; c) cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens emanadas de autoridades competentes; d) zelar pela honra e reputação da classe, observando comportamento irrepreensível na vida pública e particular, e cumprir com exatidão seus deveres para com a sociedade; e) acatar a autoridade civil; f) satisfazer, com pontualidade, os compromissos pecuniários assumidos e garantir a assistência moral e material do seu lar; g) ser discreto em suas atitudes e maneira, e abster-se de, em público, fazer comentários ou referir-se a assunto técnico, de serviço ou disciplinar, seja ou não de caráter sigiloso; h) ser obediente às ordens de seus superiores hierárquicos, mediante rigorosa observância dos regulamentos, empregando toda sua vontade e energia em benefício do serviço; i) estar preparado física, moral e intelectualmente, para o perfeito desempenho de suas funções; j) ser leal a todas as circunstâncias; e k) exercer, em comissão, cargos de Delegado Regional e Subdelegado de Polícia que lhe for atribuído por decreto do Chefe do Poder Executivo. Art. 103. [...] Art. 104. O militar deve conduzir-se, mesmo fora do serviço, de acordo com os princípios de

disciplina. Art. 105. [...] Art. 108. Cabe ao militar a responsabilidade integral das decisões que tomar e dos atos que pratica, inclusive na execução de missões, ordens e serviços por ele taxativamente determinados. Parágrafo único. No cumprimento de ordem emanada de autoridade superior, o executante não fica exonerado de responsabilidade pela prática de qualquer crime. Art. 109. A inobservância, falta de exatidão ou negligência no cumprimento dos deveres especificados em lei e regulamentos, acarreta responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação em vigor.

Como demonstração da preocupação da administração com o resíduo moral, institui-se o Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Paraná, através do Decreto Estadual nº 5.075 de 28 de dezembro de 1998, que em seu artigo 4º e seguintes trata do assunto, nos seguintes termos:

Art. 4º - O militar estadual, ao ingressar na carreira, prestará o compromisso de honra, em caráter solene afirmando a sua consciente aceitação dos valores profissionais, dos deveres éticos, do sentimento do dever, do pundonor, do decoro da classe e a firme disposição de bem cumpri-los. § 1º - Honra Militar é a qualidade íntima do militar estadual que se conduz com integridade, honestidade, honradez e justiça, observando com rigor os deveres morais que tem consigo e seus semelhantes. § 2º - Sentimento do Dever Militar consiste no envolvimento a uma tomada de consciência perante o caso concreto, ou seja, realidade, implicando no reconhecimento da obrigatoriedade de um comportamento militar coerente, justo e equânime. 3º - Pundonor Militar é o sentimento de dignidade própria, procurando o militar estadual ilustrar e dignificar a Corporação, através da beleza e retidão moral que se conduz, resultando honestidade e decência. § 4º - Decoro da Classe Militar é a qualidade do militar estadual baseada no respeito próprio dos companheiros e da comunidade para a qual serve, visando o melhor e mais digno desempenho da profissão militar. [...] Art. 6º - Os valores militares, determinantes da moral do militar estadual, são os seguintes: I - respeito aos direitos humanos, especialmente à liberdade, à igualdade, à segurança, à vida, à integridade física e à propriedade; II - moralidade pública, caracterizada pela honestidade e probidade, tanto no exercício das atividades administrativas quanto nas atividades operacionais; III - responsabilidade pública, evidenciada pelo profissionalismo, pelo exercício da profissão com entusiasmo e perfeição, na busca constante de resultados; IV - justiça - todas as ações devem ser alicerçadas em valores éticos, morais e no ordenamento jurídico da Nação; V - lealdade, manifestada pela fidelidade aos compromissos para com a Pátria, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e pela confiabilidade dos superiores, pares e subordinados, mas principalmente, lealdade com a população que através de seus impostos pagam os salários dos Policiais e Bombeiros Militares; VI - hierarquia, traduzida no respeito e valorização dos postos e graduações; VII - disciplina, significando exato cumprimento do dever e essencial à preservação da ordem pública, VIII - patriotismo, revelado no amor e dedicação à Pátria; IX - civismo, através do culto aos símbolos e tradições da Pátria, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, além da dedicação ao interesse público; X - constância, como firmeza de ânimo e fé nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares; XI - espírito de corpo, orgulhando-se de suas Instituições, mediante identificação legítima entre seus componentes; XII - honra, como busca legítima do reconhecimento e consideração, tanto interna, quanto externamente, às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares; XIII - dignidade, respeitando a si próprio e aos seus semelhantes, indistintamente; e XIV - coragem, demonstrando destemor ante o perigo e devotando-se à proteção de pessoas, do patrimônio e do meio ambiente. Art. 7º - Os deveres éticos, emanados dos valores militares e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral, são os seguintes: I - cultivar e zelar pela inviolabilidade dos símbolos e das tradições da Pátria, dos Estados, das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; II - cumprir os deveres de cidadão; III - agir com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não usando sua

condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedades; IV - respeitar a integridade física, moral e psíquica das pessoas abordadas ou que estiverem sob custódia, assim como dos condenados ou de quem seja objeto de incriminação; V - exercer a função pública com honestidade, não aceitando vantagem indevida de qualquer espécie, sendo incorruptível, como também, se opor rigorosamente a todos os atos dessa natureza; VI - preservar a natureza e o meio ambiente; VII - servir à comunidade, procurando no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública, promover sempre o bem-estar comum; VIII - cumprir e fazer cumprir a Constituição, as leis e as ordens legais de autoridades competentes, exercendo sua atividade profissional com responsabilidade, inculcando também, o senso de responsabilidade nos subordinados, sempre desempenhando sua missão de forma correta e na busca de resultados positivos; IX - zelar pelo bom nome da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e de seus componentes, aceitando seus vaires e cumprindo com seus deveres éticos, nunca denegrindo ou desgastando sua imagem; X - zelar pela correta apresentação dos uniformes, devendo os mesmos estarem sempre impecáveis; XI - jamais apresentar-se em público ou qualquer outro lugar, em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substância química entorpecente; XII - atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos interesses particulares; XIII - atuar de forma disciplinada e disciplinadora, respeitando os superiores e preocupando-se com a integridade física, moral e psíquica dos subordinados, envidando esforços para bem encaminhar a solução dos problemas apresentados; XIV - ser justo na apreciação de atos e méritos de subordinados; XV - dedicar-se em tempo integral e exclusivamente ao serviço Policial Militar e Bombeiro Militar, buscando com todas as energias, o êxito do serviço, o aperfeiçoamento técnico-profissional e moral; XVI - estar sempre preparado para as missões que venha a desempenhar, entendendo que à atividade profissional não se deve misturar os problemas particulares; XVII - exercer as funções com integridade e equilíbrio, seguindo os princípios que regem a administração pública, não sujeitando o cumprimento do dever às influências indevidas; XVIII - abster-se, quando no serviço ativo, de buscar apoio ou de usar de influências de políticos, pessoas importantes ou autoridades estranhas à Corporação, para a obtenção de facilidades pessoais ou para esquivar-se ao cumprimento da ordem ou obrigações impostas, em razão do serviço, de interesse institucional ou circunstâncias que se encontrem; XIX - procurar manter boas relações com outras categorias profissionais, conhecendo e respeitando os limites de competência, mas elevando o conceito e os padrões de sua própria profissão, sendo cioso de sua competência e autoridade; XX - ser fiel na vida militar, cumprindo os compromissos com a Pátria, com o Estado, com sua Instituição e com seus superiores hierárquicos, bem como na vida familiar; XXI - manter ânimo forte e fé nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, mesmo diante das maiores dificuldades, demonstrando persistência no trabalho para solucioná-las; XXII - manter ambiente de harmonia e camaradagem na vida militar, evitando comentários desairosos sobre os componentes da Corporação, ainda que na reserva ou reformados, solidarizando-se nas dificuldades que possam ser minimizadas com sua ajuda ou intervenção; XXIII - não pleitear para si, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro militar; XXIV - proceder sempre de maneira ilibada na vida pública e particular; XXV - conduzir-se de modo que não seja subserviente e nem venha a ferir os princípios de respeito e decoro militar, ainda que na inatividade; XXVI - abster-se do uso do posto, da graduação, ou de cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza, ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros; XXVII - abster-se, ainda que na inatividade, do uso das designações hierárquicas em: a) atividade político-partidária, salvo quando candidato a cargo eletivo; b) atividade comercial ou industrial; c) pronunciamento público a respeito de assunto político que influencie o ambiente militar, salvo os de natureza técnica; e d) exercício de cargo ou função de natureza civil; XXVIII - garantir assistência moral e material à família, assim como saudar rigorosamente em dia os compromissos financeiros assumidos; XXIX - amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal; XXX - exercer a profissão sem alegar restrições de ordem religiosa, política, racial ou social; XXXI - observar as normas de boa educação, sendo discreto nos gestos, nas atitudes e na linguagem escrita e falada; XXXII - manter-se, constantemente, cuidadoso com sua apresentação e postura pessoal, sabendo que a elegância de porte e de espírito revelam o cavalheiro ou a dama que todo o militar estadual deve representar em público e na vida particular; XXXIII - evitar publicidade visando a própria promoção pessoal; XXXIV - não abusar dos meios e dos bens públicos postos à sua disposição, nem distribuí-los a quem quer

que seja, em detrimento dos fins da administração pública, coibindo ainda a transferência de tecnologia própria das funções militares; XXXV - atuar com eficiência e probidade, zelando pela economia e conservação dos bens públicos, cuja utilização lhe for confiada; XXXVI - proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação, coragem e destemor, porém com técnica, equilíbrio e prudência, arriscando, se necessários, a própria vida; XXXVII - atuar sempre, respeitados os impedimentos legais, mesmo não estando de serviço, para preservar a ordem pública ou prestar socorro, desde que não exista, naquele momento e no local, força de serviço suficiente; XXXVIII - manter sigilo de assuntos de natureza confidencial de que venha a ter ciência em razão da atividade profissional, exceto para satisfazer interesse da justiça e da disciplina militar; XXXIX - exercer todos os atos de serviço com presteza e pontualidade, desenvolvendo o hábito de estar na hora certa no local determinado e no momento certo, para exercer a sua habilidade; XL - ser disciplinado e disciplinador, observando os direitos e deveres, cabendo aos superiores hierárquicos a constante fiscalização e aplicação das sanções cabíveis, respeitado o direito a ampla defesa;

Como se pode ver nos diplomas legais citados, a atividade desenvolvida pela Corporação é revestida de uma gama de valores éticos e morais, que em outras profissões, não tem o mesmo peso, o que torna o policial-militar, uma pessoa que é reconhecida imediatamente, mesmo quando não está fardado, pela sua forma ímpar de se comportar perante a sociedade, gerando a responsabilidade dos comandantes de ao constatarem qualquer desvio, agirem imediatamente para restabelecerem a ordem, garantindo a continuidade do conceito atingido na comunidade paranaense.

7 FORMAS DE CORRUPÇÃO ASSOCIADAS ÀS ATIVIDADES POLICIAIS-MILITARES

A Polícia Militar do Estado do Paraná, instituição sesquicentenária e atuante na defesa da sociedade, tem sua força nas virtudes do homem, desta forma ao ingressar na Corporação o cidadão passa por um teste seletivo, em que sua vida é investigada, de forma a se admitir na força apenas pessoas de conduta ilibada, o que certamente minimiza os casos de corrupção, pois o cidadão ao ingressar nas fileiras da Instituição já vem com o seu caráter formado, restando apenas um polimento para que possa desempenhar a atividade policial-militar dentro dos padrões aceitos e exigidos pela sociedade. Assim, espera-se do miliciano o seu pleno ajustamento ao conjunto de normas rígidas de conduta funcional e moral, para o resguardo da honra pessoal, do pundonor militar e do decoro da classe. Note-se que para os servidores públicos, e principalmente para os militares, as regras de direito e moral são mais rígidas.

A Polícia Militar, órgão de defesa social destinado a proteger o cidadão, através de ações eminentemente ostensivas, tem a sua missão descrita na Constituição Federal de 1988, que trata do assunto no art. 144 nos seguintes termos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - ... V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 1º.... § 5º. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;... § 6º. ...

Para cumprir a missão constitucional, a Polícia Militar dispõe seus efetivos pelas ruas de nossas cidades, atuando diuturnamente, na prevenção e na repressão imediata de crimes, e é nesta atividade que os policiais-militares acabam por se envolverem em atos de corrupção, atos danosos que trazem prejuízos incalculáveis para a imagem da instituição, já que contrariam os preceitos básicos da vida miliciana e expõem de forma negativa a Corporação e portanto devem ser coibidos, através dos mecanismos de defesa da sociedade e da Corporação.

Ressalte-se que muitos atos de corrupção, ocorrem porque o cidadão ao ser flagrado pelo PM, prefere oferecer uma contrapartida para que ele deixe de realizar o

que determina a lei, este é o caso de um condutor de veículo que ao ser parado pelo miliciano não está com a documentação do veículo em dia, caso que requer que o condutor seja notificado (multa) e conforme o caso que o veículo seja retido até a regularização, o que certamente tomará tempo e dinheiro do infrator. É nesta hora que o cidadão oferece-lhe, na maioria das vezes, dinheiro para ser liberado sem que se cumpra o que determina a legislação. Neste momento, o mal-intencionado cede aos apelos do infrator e recebe o valor ou objeto ofertado, ou ainda a promessa de recebê-los. Ocorre que, não raras vezes, o próprio corruptor passa a divulgar o ocorrido, vangloriando-se por ter conseguido ludibriar a lei, com auxílio do encarregado de seu cumprimento.

Na hipótese acima, é visível o prejuízo causado à imagem da Instituição, vez que cabe à Polícia Militar a manutenção da ordem e conseqüentemente a submissão ao ordenamento jurídico, devendo respeitá-lo antes de impô-lo aos cidadãos. Por outro lado nestes casos, não se fala no nome do policial-militar que se corrompeu e sim genericamente, de forma que todos os integrantes da Polícia Militar passam a ser vistos como corruptos.

Na seqüência, passaremos a ver alguns casos concretos, dos quais serão omitidos os nomes reais das pessoas envolvidas, relacionando a conduta com o tipo penal aplicável. Ressalto que o conselho de Disciplina não julga o crime, e sim a conduta que afronte os princípios legais, e somente para se determinar se a conduta deve ou não ser apreciada administrativamente é que se faz o enquadramento penal, o qual não constará da acusação formal, que se dará com base em normas administrativas.

Assim passarei a descrever os tipos penais, aplicáveis nos casos de corrupção que são mais comuns na atividade policial-militar, apresentando o conteúdo de alguns libelos acusatórios relacionados ao tipo penal citado:

a. concussão - prevista no art. 305 do Código Penal Militar, com a seguinte redação:

Art. 305. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Crime militar impróprio, estando descrito também no Código Penal Brasileiro, é uma espécie de extorsão praticada por funcionário público, com abuso de autoridade, contra o particular que cede ou virá a ceder à exigência.

Consiste em exigir vantagem indevida, direta ou indiretamente, em razão da função pública. Exigir é reclamar, intimar, impor como obrigação. A ação do policial-militar deve obrigatoriamente relacionar-se com o exercício da função pública exercida ou que virá a exercer. O particular, por sua vez, cede ao assédio por um temor de represália por parte do funcionário criminoso

A concussão é crime essencialmente formal e consuma-se com o simples fato da exigência da vantagem indevida, pouco importando se esta vem a ser devolvida ao particular posteriormente, não admitindo tentativa.

Na sequência transcrevo alguns libelos relacionados com o crime em comento:

Em data de 31 de janeiro de 1993, por volta das 16:00 horas, os denunciados de serviço de policiamento ostensivo preventivo no terminal rodoviário de Foz do Iguaçu-PR, abordaram a vítima XXXXXXXX, a qual estava com uma sacola que continha 08 (oito) monitores de computador. Que então, os denunciados cientificaram a referida vítima, que a cota permitida estava ultrapassada, tendo dessa forma, levado-a (sic) até a sala da PM e lá, um aderindo a conduta delituosa do outro, exigiram para si, a quantia de U\$ 200,00 (duzentos dólares) para que liberassem tal mercadoria, o que foi realmente feito pela vítima, tendo sido liberada logo após. (sic...sic...sic...). Contra o acusado pesam as seguintes acusações, conforme apurado no Inquérito Policial Militar nº XX/2004, instaurado por determinação do Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, publicada no boletim interno daquela OPM nº XXX, de XX de novembro de 2003, onde consta que em data de 22 de outubro de 2003, quando do atendimento de um acidente de trânsito rodoviário envolvendo três caminhões na BR 476, Km 308 mais seiscentos metros, o Soldado QPM 1-0 XXXXXXXX, em determinado momento, pediu para que os motoristas, XXXXX (caminhão MB/1513, placas AHZ-XXXX) e XXXXXX (caminhão MB/1319, placas ADR-XXXX) se aproximassem da viatura, ocasião em que alertou que ambos estavam errados por não respeitarem uma distância de segurança, ressaltando porém, que o relato de fato "valeria", seria o que ele, Soldado XXXXX, constasse no boletim de ocorrência. Disse que poderia ajudá-los, desde que fosse por eles ajudado e de XXXXX, o Soldado XXXX obteve uma cédula no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o cheque nº XXXXXXXX/Banco Itaú S.A., preenchido no valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), este último emitido pela empresa XXXXX. e destinado ao pagamento de despesas de viagem; XXXXXXXX, entregou ao Soldado sua carteira, da qual foram retirados R\$ 200,00 (duzentos reais) em dinheiro e o cheque nº XXXXXXXX/Banco Bradesco S.A., preenchido no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), emitido pela XXXXXXXX. Realizadas diligências no sentido de melhor constatar os fatos, apurou-se que o cheque nº XXXXXXXX/Banco Itaú S.A., preenchido no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), fora utilizado por XXXXXXXX, esposa do Soldado XXXXX, para pagamento de uma prestação da compra de um bem móvel na Loja XXXXXXXX, sendo o verso do referido título de crédito, assinado por ela. O cheque nº XXXXX/Banco Bradesco S.A., preenchido no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), foi apresentado pelo Soldado, a XXXXXXXX, funcionário da empresa XXXXX, do município de SÃO MATEUS DO SUL/PR, que efetuou a troca do título por dinheiro, em razão de conhecer o Soldado. Posteriormente, ao tomar conhecimento de que tal cheque havia sido sustado pelo emitente, XXXXXXXX, contactou com o Soldado que o resgatou, pagando o valor em dinheiro a outro funcionário do XXXXXXXX. Em data de 21 de Março de 2003, quando de serviço no

PRv de Lindoeste, PR, por volta das 22:00hs, exigir e receber indevidamente a quantia de R\$ 100,00 (cem) reais, da pessoa de XXXXXXXXXXXX, quando o mesmo transitava com o veículo GM/D-20, CUSTOM, placas BJJ-XXX, liberando condutor e veículo, sem a adoção das providências legais pertinentes, estando o condutor com a Carteira de Habilitação vencida e na prática ilícita de contrabando e descaminho. Em data de 23, 24 e 28 de Março de 2003, por sua pessoa e por intermédio do Sr. XXXXXXXXXXXX, efetuado ligações telefônicas à empresa do Sr. XXXXXXXXXXXX, visando causar intimidação a este e seus familiares, com escopo de prejudicar investigações em Inquérito Policial Militar.

b. Corrupção Passiva – descrita no art. 308 do CPM, nos seguintes termos:

Art. 308. Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena - reclusão, de dois a oito anos. § 1º. A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o agente retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional. § 2º. Se o agente pratica, deixa de praticar ou retarda o ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano.

A corrupção passiva exige sempre iniciativa do corruptor, já que o corrompido apenas recebe a vantagem indevida ou aceita a promessa de tal vantagem, jamais a solicita. Para a consumação do crime não é necessário estar o agente no exercício da função, mas receber a vantagem indevida em razão da função, constituindo uma violação do dever funcional.

Como exemplo de condutas que se encaixam no tipo penal em comento, cito as seguintes:

em 14 Nov 02 quando na condição de Comandante do Destacamento da Polícia Militar, na cidade de AMPÉRE-PR, estando de serviço, após o encaminhamento de envolvidos em ocorrência policial até o DPM de AMPÉRE, recebido o pagamento de R\$ 300,00 (trezentos reais) para proporcionar a liberação do Sr. XXXXXXXX, com o qual foi encontrado um revólver, sem possuir registro ou porte de arma, bem como em virtude do veículo conduzido pelo mesmo, marca Ford e modelo Belina, de placas ABD-XXXX se encontrar em situação irregular de trânsito, paralelamente deixando de proceder a retenção do citado veículo, e o respectivo encaminhamento do seu condutor à Delegacia de Polícia Civil local para a adoção das providências legais pertinentes. Os acusados conforme apurado através do Inquérito Policial Militar nº XXX/2003 – 3º BPM/CPI, em data 14 Fev 03, na cidade de CORONEL VIVIDA, PR, efetuaram a retenção de um veículo VW/GOL, de cor azul, ano 1999, de placas AIK-XXXX, a pedido da Sra. XXXXX, e que após a retenção do mesmo, os acusados receberam a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais) pelo serviço executado.

c. Excesso de exação e desvio

Há outros crimes que embora não sejam comuns, podem ser cometidos pelo policiais-militares, no desempenho de suas funções, ou a pretexto de exercê-las, como

é o caso do excesso de exação previsto no art. 306 do CPM, e do desvio capitulado no art. 307 do mesmo diploma legal, que contam com a seguinte redação:

Art. 306. Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: Pena - detenção, de seis meses a dois anos. Art. 307. Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão do cargo ou função, para recolher aos cofres públicos: Pena - reclusão, de dois a doze anos.

O excesso de exação se apresenta de duas formas, sendo a primeira exigir o funcionário imposto, taxa ou emolumento (tributos e custas) indevidos (não previstos em lei); já pagos pelo contribuinte, ou ainda, devido em quantia inferior. A segunda forma é o emprego na cobrança de meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, neste caso a cobrança é devida, porém a forma utilizada é abusiva.

Neste caso, pode-se citar como exemplo, o caso de um policial-militar que esteja trabalhando em conjunto com a Receita Estadual, em posto de fronteira estadual, e que resolva cobrar taxa pela vistoria que é realizada quando o transportador de mercadorias entra ou sai do estado, taxa que se sabe inexistente.

Quanto ao desvio, é uma qualificadora do excesso de exação uma vez que no primeiro caso o policial-militar cobra uma taxa indevida, porém com intenção de recolhê-la aos cofres públicos, e no segundo ele se apossa do valor auferido.

d. Peculato – descrito no art. 303 do CPM, é uma figura típica que pode ser infringida por qualquer policial-militar, bastando para tanto que passe a usar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular, como se seu fosse, ou desviá-lo em proveito de terceiros, tendo a sua descrição legal nos seguintes termos:

Art. 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de três a quinze anos. § 1º. A pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo. § 2º. Aplica-se a mesma pena a quem, embora não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário. § 3º. Se o funcionário ou militar contribui culposamente para que outrem subtraia ou desvie o dinheiro, valor ou bem, ou dele se aproprie: Pena - detenção, de três meses a um ano. § 4º. No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade, se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta. Art. 304. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo ou comissão, recebeu por erro de outrem: Pena - reclusão, de dois sete anos.

O peculato pode ser dividido em três figuras típicas: o peculato, o peculato-furto e o peculato culposo. Estes crimes são de incidência pequena, porém ocorrem e deve o comandante estar atento para a sua ocorrência, como exemplo de peculato pode-se citar o seguinte: o Sargento, comandante do destacamento de uma cidade do interior, recebe uma viatura descaracterizada para utilizar em serviços velados, porém passa a utilizá-la como veículo particular, fazendo uso dela para seus deslocamentos de casa para o destacamento, ficando com a viatura a sua disposição por tempo indeterminado, passando a conduzir seus familiares, para escola, mercado e outros lugares, a seu critério, não mais apresentando a viatura para a realização de atividades de polícia, a conduta deste graduado, encaixa-se no tipo penal.

Quanto ao peculato-furto, pode-se dar como exemplo o caso de um soldado que estando de plantão da sede da 5ª Cia PM do 17º BPM, ao findar o seu turno de serviço, apanha uma motocicleta que estava apreendida no pátio da companhia e toma rumo ignorado, sendo preso em flagrante algumas horas depois, pelo grupo de policiamento velado da unidade.

Com relação ao peculato culposo, é possível imaginar o caso de um soldado que trabalha no almoxarifado de uma unidade qualquer e presencia seu companheiro retirar peças de computadores que estão ali depositados, vendendo-as para terceiros, e negligenciando os fatos não os leva a conhecimento de seus superiores.

e. Prevaricação – é uma figura típica bastante parecida com a corrupção passiva, em que o funcionário deixa de praticar ou retarda ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outrem. No crime de prevaricação a diferença está no pedido que aqui não ocorre, e o funcionário incide na conduta delituosa atendendo a um interesse próprio, que não é determinado na lei, estando descrita no art. 319 do CPM, com a seguinte redação:

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

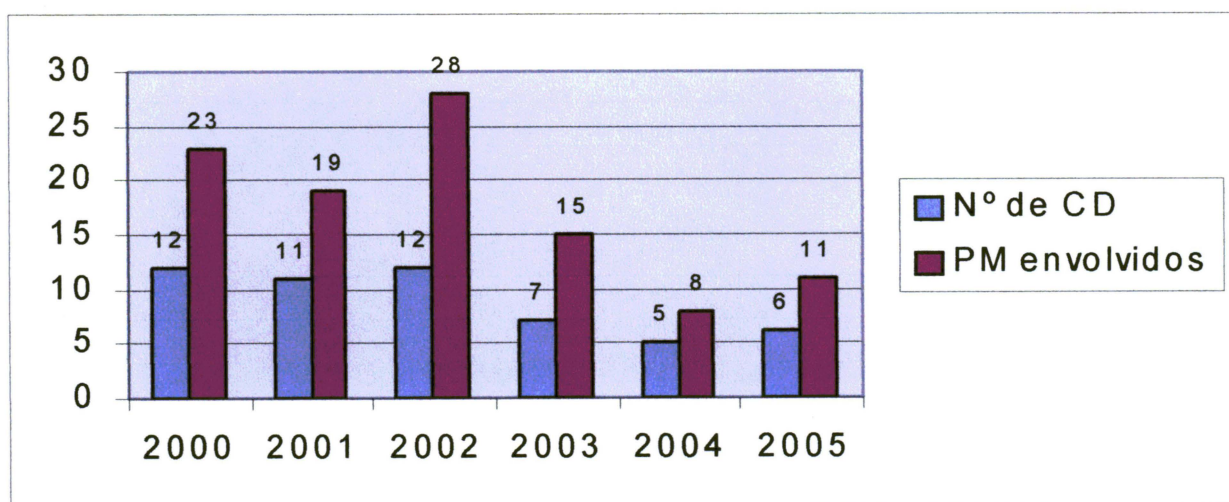
8 AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA

Em resposta a ofício, o Chefe do SJD/DP, encaminhou levantamento estatístico referente ao período de 2000 a 2005, com a apuração dos Conselhos de Disciplina, a que foram submetidos policiais-militares denunciados por atos de corrupção e concussão, as principais condutas do tema em estudo.

O levantamento permite que sejam feitas algumas ilações quanto ao número de PM que foram submetidos a conselho pelas condutas retrocitadas, comparando com o números de excluído, os que pediram baixa (exclusão voluntária) antes de conclusos os trabalhos do colegiado, os que foram punidos disciplinarmente, e aqueles que se demonstraram inocentes.

Desta forma, expõe-se os resultados que foram obtidos, através de gráficos, por acreditar serem mais didáticos e de fácil compreensão, no primeiro, relaciona-se o número de conselhos instaurados, e a quantidade de policiais-militares envolvidos, a diferença entre os números justifica-se pelo fato de que em alguns processos há mais de um acusado, vejamos:

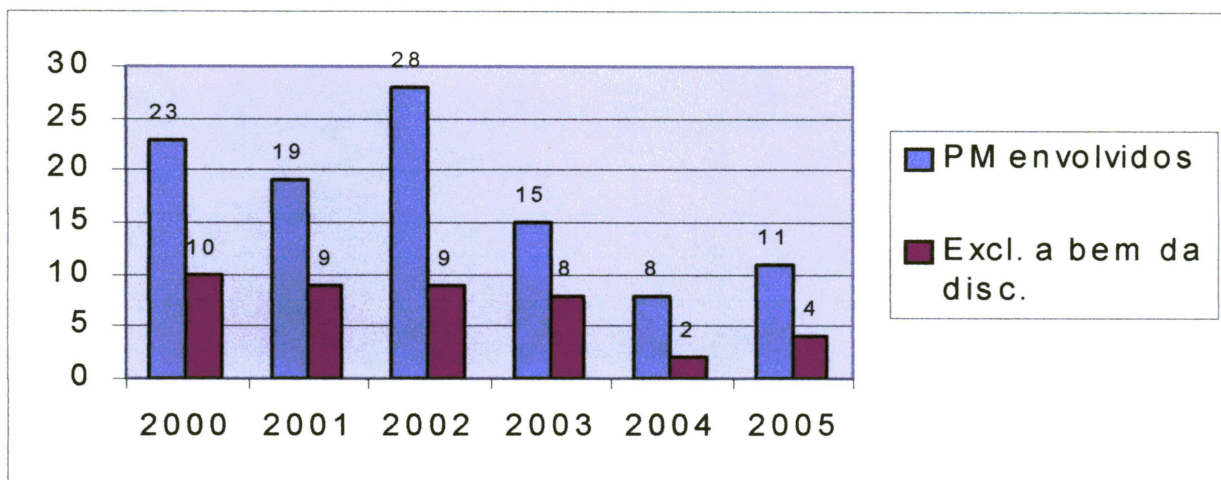
GRÁFICO 1 – NÚMERO DE CONSELHOS DE DISCIPLINA INSTAURADOS E POLICIAIS-MILITARES ENVOLVIDOS – PARANÁ - 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

O gráfico seguinte, traz a relação entre o número de PM envolvidos e o de excluídos a bem da disciplina:

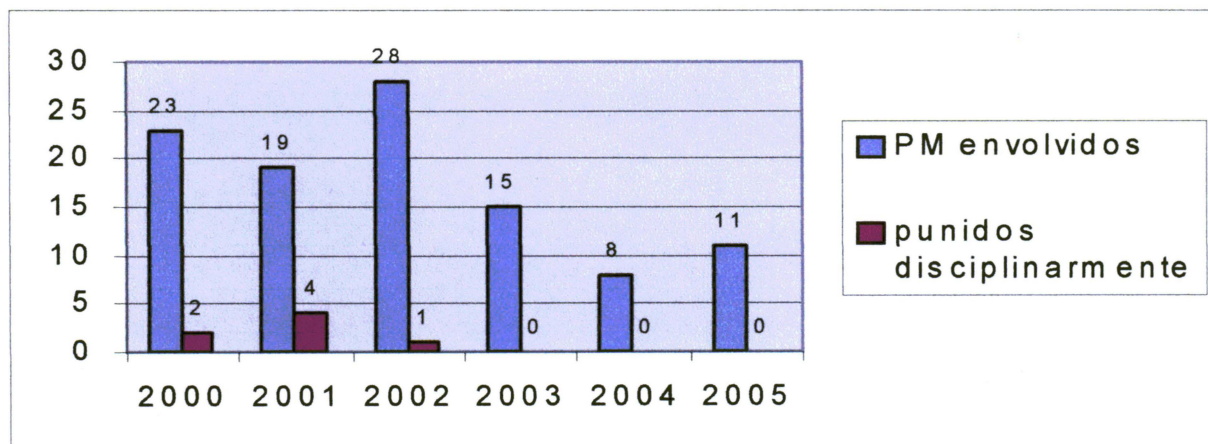
GRÁFICO 2 – PM SUBMETIDOS A CONSELHO DE DISCIPLINA E EXCLUÍDOS A BEM DA DISCIPLINA – PARANÁ – 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

Agora veremos a relação entre PM envolvidos e punidos disciplinarmente:

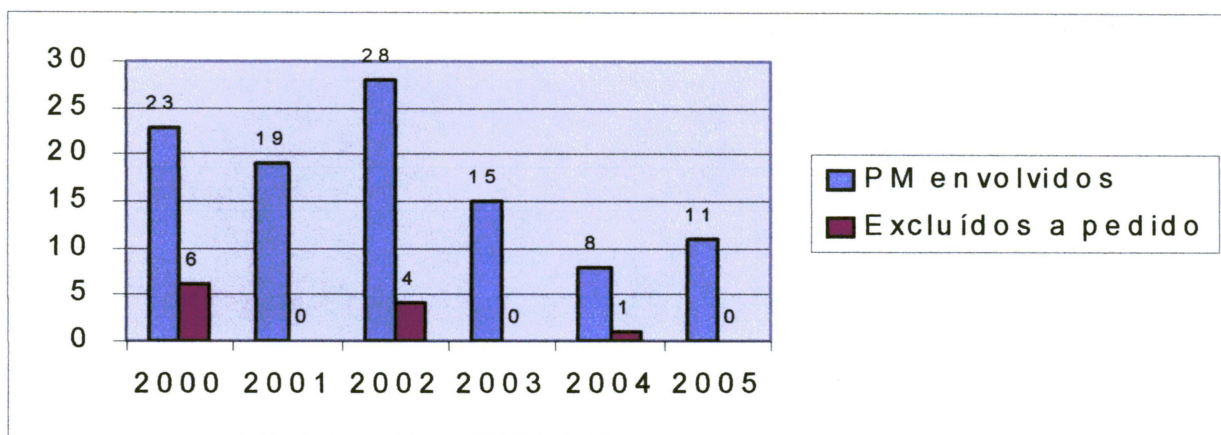
GRÁFICO 3 – PM ENVOLVIDOS EM CONSELHOS DE DISCIPLINA E PUNIDOS DISCIPLINARMENTE – PARANÁ – 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

Existem casos em que o PM ao ser submetido a Conselho de Disciplina, e constatar que a sua situação é grave, e acreditando que não saíra ileso ao final, opta por pedir sua exclusão voluntariamente, evitando gastos que sob sua ótica são desnecessários, assim, para ilustrar vejamos o seguinte gráfico :

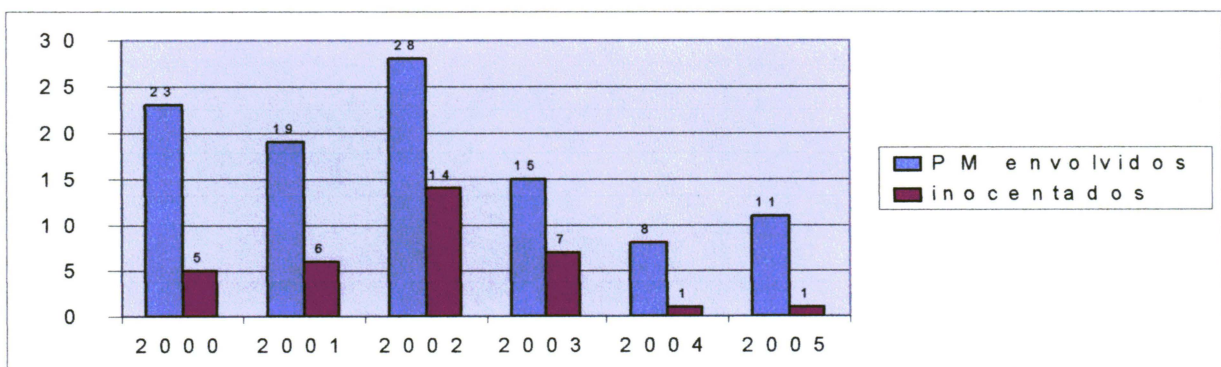
GRÁFICO 4 – PM SUBMETIDOS A CONSELHO DE DISCIPLINA E EXCLUÍDOS A PEDIDO – PARANÁ – 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

Existem, ainda, aqueles que após submetidos ao processo administrativo, conseguem provar sua inocência e serem absolvidos, ilustrando:

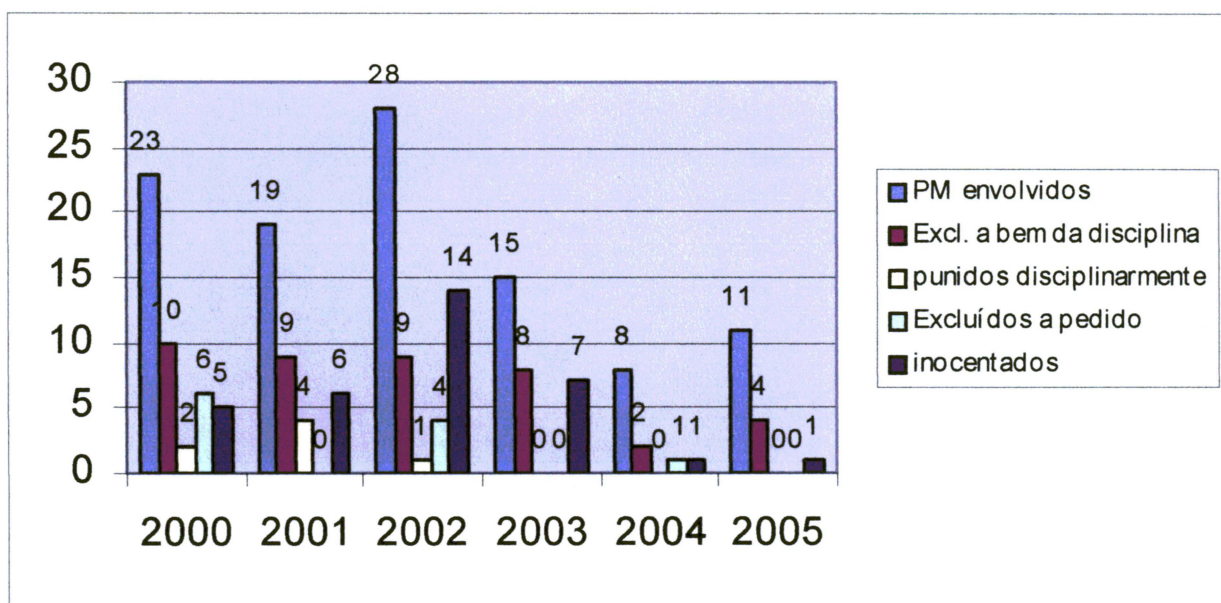
GRÁFICO 5 – PM SUBMETIDOS A CONSELHO DE DISCIPLINA E INOCENTADOS – PARANÁ – 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

O próximo gráfico apresenta todos os elementos que foram visto separadamente, para que se possa comparar os números apresentados, conforme abaixo:

GRÁFICO 6 – COMPARATIVO ENTRE O NÚMERO DE PM SUBMETIDOS A CONSELHOS DE DISCIPLINA, EXCLUÍDOS A BEM DA DISCIPLINA, PUNIDOS DISCIPLINARMENTE, EXCLUÍDOS A PEDIDO E INOCENTADOS – PARANÁ – 2000-2005



FONTE: PMPR-DP-SJD

Para que o levantamento possa ser perfeitamente entendido, principalmente quando da apresentação do último gráfico, é necessário esclarecer que no ano de 2004, três processos encontram-se sobrestados, e ocorreu a morte de um acusado. No ano de 2005, quatro processos estão sobrestados e dois estão em andamento.

9 CONCLUSÃO

A forma utilizada pela Polícia Militar do Paraná, para enfrentar os problemas gerados por atos de corrupção, quanto a conduta individual e coletiva de seus integrantes, Conselho de Disciplina, mostra-se perfeitamente adequada à realidade atual, sendo recepcionada pela Constituição Federal, acolhendo todos os seus princípios.

É reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Paraná como forma legítima de se excluir os maus policiais-militares, resistindo aos preceitos do art. 125, § 4º da CF e do art. 14, § 4º do RDE, que se analisados isoladamente e sem o entendimento do que é o resíduo moral, podem gerar entendimentos diversos, que obviamente não resistem aos argumentos apresentados no texto.

Desta forma, está demonstrada a validade do Conselho de Disciplina, como elemento inibidor da corrupção no seio Corporação, devendo a sua utilização ser expandida para os mais diversos casos, que afrontam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, nos termos da legislação própria aplicável, devendo ser visto como tribunal de honra, onde todos aqueles que cometem atos contrários aos preceito ético e morais defendido pela Instituição, tenham suas condutas apreciadas, e se não forem excluídos possam rever as suas formas de agir, adequando-se a realidade que se espera encontrar dentro da tropa miliciana, que deve ser formada por pessoas com alto grau de responsabilidade pela atividade policial-militar, devotados ao bem comum.

Embora a aplicação da lei do Conselho de Disciplina, não acabe com a corrupção no âmbito da Corporação, está claro que reduz a sua incidência. Outro fator que deve ser trabalhado na Corporação é a divulgação, através dos meios de comunicação, dos casos que são submetidos à apreciação e dos resultados obtidos, como forma de incentivar o controle externo exercido pela sociedade, que por sua vez, tornará a PMPR reconhecida pelo combate à esta manifestação nefasta, o que contribui para que aqueles que sejam afetados por condutas desta natureza, sintam-se encorajados a denunciá-las o que resultará em um índice ainda menor de corrupção, e na elevação da credibilidade da Instituição.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jorge C. **Comentários ao Código Penal Militar – Parte Geral**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 1999.

CUNHA, Irineu O. **Conselhos de Disciplina e Justificação – Comentados Conforme a Constituição Federal de 1988**. Curitiba: Gráfica Infante, 2005.

_____. **Regulamento Disciplinar do Exército Comentado**. Curitiba: Gráfica Comunicare, 2004.

DI PRIETO, Maria S. Z. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GASPARINI, Diógenes, **Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

LOUREIRO NETO, José S. **Direito Penal Militar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANOEL, Élio O. e ARDUIN, Edwayne A. A. **Direito Disciplinar Militar**, Curitiba, Gráfica Comunicare, 2004.

MEIRELLES, Hely L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MIRABETE, Julio F. **Código de Processo Penal Interpretado**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLA, Wilson O. **Deontologia Policial-Militar**. 3. ed. Curitiba, Reproset Indústria Gráfica Ltda, 2003.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 33. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2004.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná**, de 05 de outubro de 1989. Curitiba: Imprensa Oficial, 1989.

_____. **Código da Polícia Militar do Paraná**. Lei Estadual n.º 1943, de 23 de junho de 1954. Curitiba: Imprensa Oficial.

_____. Lei Estadual n.º 6961, de 28 nov 1977. Cria o **Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Paraná** e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, n.º 190, 02 dez 1977. Curitiba: Imprensa Oficial.

_____. Decreto Estadual n.º 5.075, de 28 de dezembro de 1998. **Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial.

ANEXOS

ANEXO 1	LEI ESTADUAL Nº 6.961, DE 28 NOV 77.....	52
ANEXO 2	DIRETRIZ DO COMANDO-GERAL Nº 088/80-PM/1, DE 10 MAR 80.....	57
ANEXO 3	PORTARIA DO COMANDANTE-GERAL Nº 450/93-DP/SJD, DE 10 AGO 93.....	62
ANEXO 4	LEVANTAMENTO ESATÍSTICO REALIZADO PELA SJD/DP – 2000-2005.....	81

ANEXO 1 LEI ESTADUAL Nº 6.961, DE 28 NOV 77

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
ESTADO-MAIOR – 1ª SEÇÃO**

Lei nº 6.961

Data: 28 Nov 77

**Súmula: Cria o Conselho de
Disciplina da Polícia Militar do
Estado do Paraná e dá outras
providências**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º fica criado o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Paraná, com a competência, organização e funcionamento que esta Lei estabelece.

Art. 2º Compete ao Conselho de Disciplina, assegurada ampla defesa ao acusado, julgar:

- a) a incapacidade do aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada, para permanência na ativa;
- b) a incapacidade do aspirante a Oficial PM e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, reformados ou na reserva remunerada, para permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 3º É submetido ao Conselho de Disciplina o policial militar referido no artigo 2º que for:

I – acusado oficialmente de ter:

- a) procedido incorretamente no desempenho de função orgânica;
- b) conduta irregular;
- c) praticado ato que afete o pundonor policial-militar ou comprometa o decoro da classe;

II – afastado do cargo, na forma da legislação vigente, em virtude de procedimento incompatível ou por demonstrar inaptidão para o exercício de funções policiais-militares;

III - condenado por crime comum ou militar, de natureza dolosa, em sentença definitiva, à pena restritiva de liberdade;

IV – filiado a partido político ou associação assemelhada, suspensos ou dissolvidos por Lei, ou que exerçam atividades nocivas à Segurança Nacional, bem como em favor deles preste serviços, angarie valores, realize propaganda de suas doutrinas ou empreste qualquer colaboração pessoal, sempre de forma dolosa.

Art. 4º O Policial Militar ao ser submetido a Conselho de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 5º A constituição do conselho de Disciplina e a nomeação dos respectivos membros, competem exclusivamente ao Comandante Geral da Corporação.

Art. 6º O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1º O membro mais antigo, no mínimo um oficial intermediário, será o Presidente do Conselho de Disciplina; e o que lhe segue em antigüidade exercerá as funções de interrogante e relator; e o mais moderno as de escrivão.

§ 2º Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

- a) o oficial que formulou a acusação;
- b) os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consangüinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) os oficiais que tenham interesse na decisão.

Art. 7º O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, tendo como local a sede da Organização Policial-Militar (OPM) da área onde ocorreu o fato a ser apurado.

Art. 8º Convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência de, no mínimo, de 2 (dois) dias, reunir-se-á o Conselho de disciplina, presente o acusado e seu defensor ou o oficial que o represente no caso de revelia, adotando o seguinte procedimento:

- a) depois de prestado o compromisso legal dos membros, será procedida a leitura e autuação dos documentos pertinentes a constituição do Conselho de Disciplina e a nomeação dos seus integrantes;
- b) em seguida, ordenar-se-á a qualificação e interrogatório do acusado, o que será reduzido a termo, devidamente assinado, fazendo-se, também, a juntada de todos os documentos oferecidos pela defesa nos autos do processo.

§ 1º A fórmula do compromisso do Presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que me forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2º Quando o acusado é praça da reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixar de atender a intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

- a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias;
- b) o processo corre a revelia, se o acusado não atender a publicação.

Art. 9º Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 10. Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1º O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer à todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto a sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2º Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante ao Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3º As provas a serem realizadas mediante carta precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4º O processo é acompanhado por um oficial:

- a) indicado pelo acusado para a sua defesa;
- b) designado pelo Comandante Geral da Corporação, nos casos de revelia.

Art. 11. O acusador será ouvido pelos membros do Conselho de Disciplina para ratificar os termos da acusação, podendo ser inquirido pela defesa.

Art. 12. O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua nomeação, para conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo Único. O Comandante Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 13. Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1º O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se:

- a) é, ou não, procedente a acusação;
- b) no caso do item III, do artigo 3º, levados em consideração os preceitos da aplicação da pena estabelecidos no Código Penal Comum ou no Código Penal Militar, é ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2º A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3º Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4º Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete o processo ao comandante Geral da Corporação.

Art. 14. Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante Geral, justificando os motivos da decisão, determinará:

I – o arquivamento do processo, se não julga o policial militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;

II – aplicação da pena disciplinar, se considera contravenção ou transgressão disciplinar a razão pela qual o policial militar foi julgado culpado;

III – a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime a razão pela qual o policial militar foi julgado culpado;

IV – a exclusão a bem da disciplina, se julga culpado o policial militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV do artigo 3º desta Lei;

V – a remessa do processo ao governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto no item III do artigo 3º desta Lei, considera que o policial militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação reserva remunerada

§ 1º O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-geral da Corporação e transcrito para o cadastro funcional do policial militar.

§ 2º A reforma do policial militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 15. O acusado, ou no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Comandante Gral da Corporação.

Parágrafo Único. O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação em Boletim da decisão do Comandante Geral da Corporação.

Art. 16. Cabe ao governador do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento do processo, julgar o recurso que for interposto da decisão que trata o artigo 14.

Art. 17. Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 18. Para os efeitos desta Lei, o prazo de prescrição, nos casos previstos no artigo 3º, itens I, II e IV, será de 3 (três) anos a contar da data em que o fato foi praticado pelo policial militar.

Art. 19. O parágrafo único do artigo 294 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único. O Aspirante-a-Oficial e as demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídas em virtude de decisão judicial ou com base no julgamento do Conselho de Disciplina”.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 28 de novembro de 1977.

JAIME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ALCINDO PEREIRA GONÇALVES

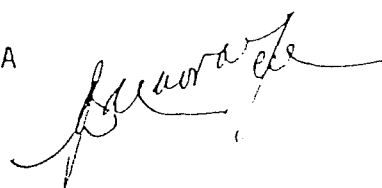
Secretário de Estado da Segurança Pública

(Publicada no Diário Oficial do Estado nº 190, de 02 Dez 77)

ANEXO 2 - DIRETRIZ DO COMANDO-GERAL Nº 088/80-PM/1, DE 10 MAR 80

Diretriz do Comando-Geral nº 088/80-PM/1, de 10 Mar 80

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA



1. FINALIDADE

- a. Estabelecer orientação para a abertura de Sindicância, com a finalidade de se apurar falta de natureza grave, cometida por praças que contem menos de 10 (dez) anos de serviço.
- b. A Sindicância orientar-se-á por esta Diretriz sempre que houver necessidade de se apurar transgressão disciplinar de natureza grave que enseje a pena de licenciamento a bem da disciplina.

2. OBJETIVOS DA SINDICÂNCIA

- a. Proceder diligências adequadas ao levantamento de dados comprobatórios de falta grave, praticada pelas praças referidas no item 1 desta Diretriz;
- b. Assegurar ampla defesa à praça acusada da prática de falta grave que possa ensejar o seu licenciamento a bem da disciplina.

3. REFERÊNCIAS

- a. Constituição da República Federativa do Brasil - Art 153, § 15;
- b. Código da Polícia Militar do Paraná (Lei 1943, de 23 Jun 54);
- c. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da PMPR (Dec 9060, de 19 / Dez 49) - Art 487, Parágrafo Único e Art 55, nº 20;
- d. Normas para a Instauração de Sindicância no âmbito da PMPR (Portaria do Comando-Geral nº 649/78-DP, de 12 Jul 78); e
- e. Parecer nº 46/79, de 31 Ago 79, da Consultoria Jurídica da PMPR.

4. INSTAURAÇÃO DA SINDICÂNCIA

- a. São casos que a determinam:

I - a prática, pela praça, de transgressão disciplinar ou crime que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decore da classe;

II - a reincidência, pela praça que estiver no mau comportamento, de

- 02 -

ESTADO MAIOR DA POLÍCIA MILITAR 1.ª SEÇÃO

- Continuação da Diretriz nº 088 - PM/1 - de 10 Mar 80 -

de transgressão grave passível de pena de prisão;

III - a condenação da praça por crime militar, excluídos os culposos;

IV - a prática de crime comum, apurado em inquérito, excluídos os culposos.

5. COMPETÊNCIA

a. São competentes para determinar a abertura da sindicância:

I - O Comandante-Geral;

II - O Chefe do Estado Maior;

III - Os Comandos Intermediários - CPC, CPI, CCB - Diretores e Ajudante Geral; e

IV - Os Comandantes de OPM a nível de Batalhão, ou autoridades com atribuições disciplinares equivalentes:

b. Quando se tratar de praça pertencente à OPM independente, de nível inferior a Batalhão, que não possua número suficiente de Oficiais, a abertura da sindicância será determinada pelos Comandos intermediários a que estiver subordinada, mediante proposta do Comandante interessado. Neste caso, a Comissão de Sindicância será constituída por Oficiais da Unidade cuja sede se localize mais próxima daquela OPM, para onde deverá ser deslocado o elemento sujeito à Sindicância.

6. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

a. A sindicância será promovida por uma Comissão composta de três Oficiais do serviço ativo, designada por uma das autoridades constantes da letra "a" do item 5 desta Diretriz, e será presidida pelo Oficial de maior posto que designará o membro mais moderno para secretariá-la.

7. DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS, INÍCIO E TÉRMINO DA SINDICÂNCIA

a. A sindicância será instaurada mediante portaria, na qual, serão designados os membros da Comissão;

b. Deve ser iniciada no prazo de 3 (três) dias e concluída no de 30 / (trinta), improrrogáveis, a contar do dia imediato ao da publicação no Boletim do ato que a determinou.

8. DILIGÊNCIAS

a. O sindicado será citado para prestar declarações perante a Comissão, o

- Continuação da Diretriz nº 088 - PM/1 - de 10 Mar 80 -

- que se realizará em prazo não superior a 3 (três) dias;
- b. o sindicato, na fase das declarações, poderá indicar até 3 (três) testemunhas para deporem em sua defesa;
 - c. ainda em sua defesa, pode o sindicato requerer a produção de todas as provas permitidas em Lei à Comissão de Sindicância;
 - d. no decorrer da Sindicância, será facultada vista de mesma ao sindicato ou ao seu defensor, que poderão solicitar a extração de cópias de documentos de seu interesse ao Presidente da Comissão, o qual, decidirá quanto a conveniência do pedido;
 - e. A Comissão poderá indeferir as diligências requeridas pelo sindicato, se julgadas desnecessárias ou protelatórias;
 - f. a juntada de documentos pelo sindicato, será permitida em qualquer fase da sindicância, até a defesa escrita final;
 - g. a Comissão deverá ouvir as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito do fato imputado ao sindicato, bem como, proceder outras diligências que julgar convenientes à sua declaração; e
 - h. a Comissão poderá ainda, solicitar às autoridades policiais a adoção de meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.

9. DEFESA DO SINDICADO

- a. Concluídas as diligências, a Comissão notificará o Sindicato ou seu Defensor para a apresentação da Defesa Escrita Final, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo-lhe nesse interregno, facultada vista do processo, nas dependências onde funcionar a Comissão;
- b. no caso de revelia, será designado pelo Presidente da Comissão um Oficial do serviço ativo, para se incumbir de sua defesa; e
- c. quando houver mais de um sindicato, o prazo será comum a todos e de 10 (dez) dias.

10. CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA

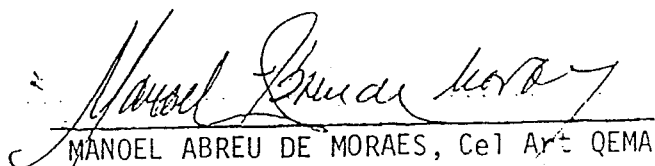
- a. Ultimada a Defesa Escrita, a Comissão elaborará relatório, emitindo / parecer quanto a inocência ou culpabilidade do sindicato, mencionando

- Continuação da Diretriz nº 088 - PM/1 - de 10 Mar 80 -

- os dispositivos legais em que estiver incurso aquele, e a punição a / ser aplicada;
- b. os autos com o respectivo relatório, serão encaminhados à autoridade / determinante, para que promova no prazo de 3 (três) dias a aplicação da pena cabível, desde que esta seja da sua alçada, ou encaminhará o processo à autoridade competente para aplicá-la; o que fará até o terceiro dia seguinte ao recebimento do mesmo;
 - c. a decisão será publicada em Boletim; e
 - d. verificando a Comissão configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará à autoridade designante as peças necessárias à instauração do respectivo inquérito.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. a Portaria que determinar a abertura da sindicância, será anexada a documentação pertinente e a prova material da transgressão, quando houver; e
- b. a Comissão, sempre que necessário, dedicará todo seu tempo aos trabalhos da sindicância, ficando seus membros, em tal caso, dispensados do serviço, na Organização Policial-Militar, durante o curso das diligências e a elaboração do PARECER.


MANOEL ABREU DE MORAES, Cel Art QEMA
/ Comandante-Geral *al*



(NB nº 507/CG/SJD/16 Dez 85)

3. ADITAMENTO À DIRETRIZ Nº 88/80

Visando garantir o amplo direito de defesa dos Sindicados, nas Sindicâncias em Comissão, RESOLVO aditar à Diretriz nº 88/80, de 10 Mar 80, acrescentando ao nº 01, letra "q", o seguinte:

"A Comissão de Sindicância funcionará em todos os seus atos com a totalidade de seus membros, devendo também estar presente o sindicado, acompanhado de seu defensor, que serão para tanto devidamente intimados, exceto quando da elaboração do relatório, em que a sessão será de caráter reservado.

O Sindicado tem o direito de, por seu defensor, fazer as reperguntas que julgar convenientes à sua defesa, bem como requerer a produção de qualquer prova que entenda vir em seu benefício, desde que o pedido não seja absurdo ou com finalidade meramente protelatória".

Bol Geral nº 243 - 19 Dez 85 -

**ANEXO 3 - PORTARIA DO COMANDANTE-GERAL
Nº 450/93-DP/SJD, DE 10 AGO 93**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Comandante-Geral

Portaria do Comandante-Geral nº 450/93-DP/SJD, de 10 Ago 93

DIRETRIZ REFERENTE A SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art 4º da Lei nº 6.774, de 08 Jan 76 (Lei de Organização Básica da PMPR),

R E S O L V E:

1. Aprovar e mandar pôr em execução no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná, a Diretriz nº 005/93-DP/SJD, datada de 10 Ago 93, que trata do processo administrativo denominado Sindicância Disciplinar.

2. Estabelecer que o processo modelo, integrante da referida Diretriz, sirva como orientação da forma dos atos da Comissão de Sindicância Disciplinar, cujas peças devem ser adaptadas às circunstâncias particulares de cada caso.

3. Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as Portarias do Comandante-Geral nº 120/80-PM/1, de 11 Mar 80, referente a Diretriz nº 088/80-PM/1, de 10 Mar 80 e a Portaria nº 206/20-DP, de 15 Abr 80, bem como a Nota para o Boletim nº 507-DP/SJD, de 16 Dez 85 e, respeitada a legislação superior, as demais disposições em contrário.

5. Publiquem-se no Boletim Geral da Corporação a presente Portaria e a Diretriz ora aprovada com seu anexo.

MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Cel QOIM

Comandante-Geral

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE PESSOAL

Seção de Justiça e Disciplina

Diretriz do Comando-Geral nº 005/93-DP/SJD, de 10 Ago 93

SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

1. CRIAÇÃO E FINALIDADE

a. Criar o processo administrativo denominado Sindicância Disciplinar, com o fim primordial de, atendido o estabelecido na legislação vigente, preservar a disciplina dos servidores militares estaduais, necessária à manutenção da ordem pública, avaliando a viabilidade de permanência nas fileiras da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), da praça que se enquadre num ou mais dos incisos do item 4.a., desta Diretriz;

b. Regulamentar, padronizar e estabelecer orientações para os procedimentos nos processos da Sindicância Disciplinar.

2. OBJETIVOS

a. Apurar os atos e fatos motivadores da instauração da Sindicância Disciplinar;

b. Proceder as diligências adequadas ao levantamento dos dados comprobatórios;

c. Coligir sobre a conduta do sindicado, objetivando esclarecer quanto a viabilidade de sua permanência nas fileiras da Corporação e quanto a necessidade de aplicação ou não de punição disciplinar;

d. Avaliar o dano causado à PMPR e, por extensão, ao interesse da sociedade;

e. Assegurar ampla defesa ao sindicado;

f. Oferecer à autoridade designante os dados comprobatórios necessários para o esclarecimento dos fatos que motivaram a instauração do processo;

g. Dar parecer quanto a capacidade ou não do sindicato permanecer na atividade da Corporação e quanto a necessidade de serem adotadas outras providências.

3. REFERÊNCIAS

- a. Constituição da República Federativa do Brasil - Art 5º, inciso LV;
- b. Código da PMPR - Lei nº 1.943, de 23 Jun 54 - Art 1º, § 5º, Art 293 e 294;
- c. Lei de Organização Básica da PMPR - Lei nº 6.774, de 08 Jan 76 - Art 71;
- d. Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) - Decreto nº 90.608, de 04 Dez 84;
- e. Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) - Decreto nº 9.060, de 1º Dez 49 - Art 55, 482 e 487;
- f. Parecer nº 46/79, de 31 Ago 79, da Consultoria Jurídica da PMPR.

4. DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

a. Encontrando-se presente a praça responsável pelos seus atos e sem esta bilidade funcional assegurada em lei, são indícios ou casos que determinam a sua submissão à Sindicância Disciplinar:

1) da prática, pela praça, de transgressão disciplinar grave ou crime, que afete o moral, a honra, o pundonor ou o decoro, da classe policial-militar,

2) de reincidência em transgressão grave, passível de pena de Prisão, pela praça já alertada, ao ingressar no Comportamento Mau, com a publicação em boletim da respectiva Nota de Punição contendo o seguinte esclarecimento: "Caso volte a apresentar indício da prática de transgressão grave, passível de pena de prisão, sem que tenha melhorado o seu comportamento, será submetido a processo administrativo para verificar de sua capacidade ou não de permanecer nas fileiras da Polícia Militar",

e. Val

3) a condenação da praça por crime militar ou comum, exceto nos,

4) de estar, a praça, consciente e por sua intenção, sindicalizada, filiada a partido político ou ter participação de apoio a movimento grevista, exceto nos casos previstos em lei,

5) de ter, a praça, pelos seus atos, demonstrado incapacidade para o desempenho da função policial-militar;

b. A praça que se enquadrar num ou mais dos incisos do item 4.a., e se encontrar na iminência de assegurar a sua estabilidade funcional, considerada a conveniência e, por solicitação do seu comandante ou por iniciativa do Comandante-Geral, poderá ser submetido ao processo administrativo equivalente, destinado às praças com estabilidade assegurada;

c. A Comissão será designada mediante Portaria, na qual serão nomeados seus membros, constará referência aos atos e fatos a serem esclarecidos e, se houver, serão anexados documentos e provas pertinentes, por uma das seguintes autoridades, na respectiva esfera de comando:

- 1) Comandante-Geral,
- 2) Chefe do Estado-Maior,
- 3) Ajudante-Geral,
- 4) Diretores,
- 5) Comandantes Intermediários (Comandante do Corpo de Bombeiros, do Policiamento da Capital e do Policiamento do Interior),
- 6) Comandantes de Organizações Policiais Militares (OPM) e Organizações Bombeiro Militares (OBM) a nível de Batalhão,
- 7) As autoridades com atribuições disciplinares equivalentes às supracitadas;

d. Quando o sindicato for praça pertencente a OPM/OIM Independente, de

nível inferior a Batalhão, salvo quando a iniciativa partir de autoridade superior, a designação da Comissão será de competência do respectivo Comandante Intermediário, por iniciativa própria ou por solicitação do Comandante da Organização Independente;

e. A Comissão será constituída pelos oficiais da Unidade a que pertencer o sindicado e completada, se o número de oficiais disponíveis nessa OPM/OBM for inferior a três, por outros oficiais subordinados a autoridade designante;

f. A Comissão, composta de três oficiais do serviço ativo da PMPR, será presidida pelo oficial de maior posto ou antiguidade, no mínimo um oficial intermediário, o membro seguinte em antiguidade será o Interrogante e Relator e o mais moderno, o Secretário;

g. Não podem fazer parte da Comissão de Sindicância Disciplinar:

- 1) O oficial que formulou a acusação,
- 2) os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o sindicado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil,
- 3) os oficiais classificados em Seção ou Setor de Justiça e Disciplina (SJD), com subordinação funcional imediata ao Comandante-Geral ou à autoridade designante da Comissão,
- 4) o oficial que se der por suspeito ou, se não o fizer, que tiver o seu impedimento constatado pelo Presidente, mediante apreciação de solicitação fundamentada de qualquer das partes,
- 5) os oficiais que tenham interesse na decisão;

h. O Comandante de Unidade que não contar com o número de oficiais adequados, proporá a designação da Comissão à respectiva autoridade superior.

5. DEFESA DO SINDICADO

a. Para cada ação da Comissão, corresponde a oportunidade do sindicado,

ci
sa
go

através do seu defensor, se defender;

b. O sindicato arranjará advogado ou indicará um seu superior hierárquico da PMPR, homologável, para exercer a sua defesa;

c. A indicação de servidor militar para a defesa será solucionada pela autoridade designante da Comissão, por solicitação do Presidente, sendo que a homologação ou indeferimento, com o motivo que o justifique, será publicado em boletim do homologante e juntado ao processo;

d. Na hipótese do sindicato indicar defensor pertencente a Unidade não subordinada à autoridade que designou a comissão, esta solicitará a homologação, pela via hierárquica, ao superior funcional imediato e com ascendência funcional comum à autoridade designante e ao servidor militar indicado;

e. No caso do sindicato não apresentar advogado nem indicar servidor militar homologável para defendê-lo, será designado pela autoridade que designou a comissão, um oficial do serviço ativo da PMPR para se incumbir da defesa; afora os integrantes da comissão, os que tenham com os membros da comissão ou com o acusador, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil, e os referidos nos incisos 1), 3), 4) e 5), do item 4.g., desta Diretriz;

f. Após o encerramento da sessão de qualificação e perguntas ao sindicato, bem como, após o colegiado terminar as suas diligências; concluídos os trabalhos determinados nos correspondentes despachos; o presidente oferecerá vista do processo ao defensor, para apresentação das razões preliminares e finais, de defesa, respectivamente, por escrito e nos prazos previstos, interrompendo-se os trabalhos da comissão nesses interregnos;

g. Em qualquer tempo o sindicato ou seu defensor podem requerer, por escrito, a extração de cópias de documentos do processo ao presidente da comissão, o qual deverá atender o pedido, porém, com os custos decorrentes a cargo do interessado;

h. Em sua defesa o sindicato pode, por seu defensor, fazer as perguntas

que julgar convenientes, bem como, requerer a produção de todas as **provas** permitidas em lei e que entenda vir em seu benefício, ao Presidente, desde que o pedido não seja absurdo ou com finalidade meramente protelatória;

i. O pedido de juntada de documentos ao processo poderá ser entregue ao Presidente da comissão em qualquer tempo, até a apresentação das Razões Finais de Defesa;

j. É permitido à defesa, em assunto pertinente à matéria, reperguntar às testemunhas e ao sindicato, por intermédio do Interrogante e Relator.

6. ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

a. Afora o senso crítico que devam possuir, os membros da Sindicância Disciplinar devem empenhar-se, buscar o aperfeiçoamento, obedecer a marcha da legislação concernente à matéria, propor e executar diligências para a elucidação dos fatos, recorrendo, sempre que necessário, aos órgãos competentes;

b. Cabe ao Presidente receber as peças que deram origem ao processo, instaurá-lo, dirigir os trabalhos e exercer a polícia das sessões, não permitindo conduta inconveniente, especialmente procedimentos que possam comprometer a expressão da verdade;

c. Cabe ao Interrogante e Relator, cumprir as ordens coerentes do Presidente; fazer a leitura da Portaria de Designação da Comissão e dos documentos elaborados na sessão prévia, na presença da defesa e do sindicato, antes da realização do Termo de Perguntas ao Sindicato; dirigir o interrogatório ao sindicato e as inquirições das testemunhas; por seu intermédio também, os demais membros da comissão e o defensor reinquirem o sindicato e as testemunhas;

d. Cabe ao Secretário cumprir as determinações coerentes do Presidente e do Interrogante e Relator; o recebimento do processo despachado pelo Presidente, sua autuação, ordenando, numerando e rubricando-o, folha a folha; deve cumprir os despachos do presidente e é quem reduz datilograficamente a termo os atos da comissão; encarregado também da lavratura das atas, regis-

trando o ocorrido nas sessões e, da juntada aos autos dos documentos, conforme o respectivo despacho;

7. FUNCIONAMENTO DA SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

a. A comissão de Sindicância Disciplinar funcionará nas dependências da Unidade a que pertencer o sindicado ou, a critério do Comandante Intermediário, na OPM/OPM cuja área de atribuição contenha o local do fato a ser apurado, ou ainda, por designação do Comandante-Geral, nas dependências da Unidade que melhor possibilite os trabalhos;

b. Exceto na sessão prévia e na sessão de votação e elaboração do relatório, da qual participarão somente os membros da comissão, estarão presentes às demais sessões também o sindicado e seu defensor, sendo para isso formalmente convocados;

c. Serão considerados formalmente convocados o sindicado e o defensor, quando assinarem o recebimento de cópia do Termo de Data para a realização da sessão seguinte;

d. Será tolerada a ausência do sindicado nas sessões para as quais o mesmo não atender, por vontade própria, as convocações formalizadas da comissão, caso em que o processo corre a revelia;

e. A comissão de Sindicância Disciplinar funcionará, em todas as sessões, com a totalidade de seus membros;

f. Se julgar possível, o Presidente poderá administrar a presença de outras pessoas no recinto de cada sessão, permitindo-lhes presenciarem o andamento dos trabalhos, podendo seus nomes constarem da ata e, serão alertadas quanto a ética no fornecimento de informações;

g. A comissão, sempre que necessário, dedicará todo seu tempo aos trabalhos da Sindicância Disciplinar, ficando seus membros, em tal caso, dispensados dos serviços da Unidade, durante o curso das diligências e a elaboração do relatório;

h. O servidor militar, a partir da homologação ou indicação para que exerça a defesa do sindicato, até a apresentação das razões finais de defesa, sempre que necessário, dedicará todo seu tempo para defender o sindicato, ficando dispensado dos serviços da Unidade, nesses casos;

i. Durante os trabalhos da comissão de Sindicância Disciplinar o sindicato passará à disposição da Comissão, não podendo ser-lhe determinada tarefa de responsabilidade ou confiança, até a publicação da decisão final.

8. DAS DILIGÊNCIAS

a. A comissão deverá ouvir as pessoas que possam prestar os melhores esclarecimentos a respeito da conduta do sindicato e as testemunhas apresentadas ou indicadas pela defesa, até o número permitido, bem como, proceder outras diligências que entender necessárias à completa instrução do processo;

b. A fase inicial das diligências termina com a apresentação das razões preliminares, enquanto que as diligências terminam com a vista do processo ao defensor para a apresentação das razões finais de defesa;

c. Sempre que houver necessidade a sessão será interrompida, conforme motivo e período de tempo previstos em lei;

d. Ao dar vista do processo ao defensor, a comissão reterá cópia dos autos, constando, na cópia do Termo de Vista, Recibo expedido pela defesa, com data, hora e local do recebimento;

e. O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos, devendo, o indeferimento e sua justificativa constarem da ata da sessão;

f. Tendo recebido a Portaria de Designação, o presidente elaborará o Termo de Data e convocará, por ofício, os demais membros da comissão para a sessão prévia, onde:

1) os membros da comissão tomarão conhecimento do conteúdo dos documentos

d
o

do

existentes,

2) será elaborada a Portaria de Instauração,

3) a comissão prestará o compromisso legal, na seguinte forma: o Presidente diz: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que me forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometemos",

4) será elaborado o ofício de citação, um para cada sindicado, citando-o, através do seu comandante, a comparecer perante o órgão processante no dia, hora e local marcados, com seu defensor,

5) será elaborado o Libelo Acusatório, nele constando todos os atos e fatos que são imputados ao sindicado, a relação das testemunhas arroladas pela comissão na primeira fase das diligências, além das demais formalidades legais,

6) em termo próprio, o Presidente indicará a data, hora e local, para ser realizada a próxima sessão, para o que considerará o prazo previsto no item 9.o., desta Diretriz, mais o tempo necessário para a entrega da citação ao sindicado,

7) o Secretário elaborará a ata da sessão prévia, que será assinada por todos os presentes;

g. Seguindo a última folha dos documentos de origem, será exarado o primeiro despacho, para que o secretário:

1) anexe a Portaria de Designação e os documentos à mesma anexados,

2) entregue a citação ao sindicado, retendo cópia para fins de ser junta-da ao processo, na qual deverá constar o ciente do comandante do sindicado e o recibo regularmente datado e assinado pelo sindicado,

3) oficie sobre assuntos de interesse da comissão,

4) junte aos autos o Termo de Data, as cópias dos ofícios de convocação dos membros, a Portaria de Instauração, o Termo de Compromisso, o Termo de

data para ser realizada a outra sessão, outros documentos e a ata da sessão prévia;

h. Ao receber o processo, o Secretário elaborará o Termo de Recebimento e cumprirá o despacho. Em seguida aos documentos juntados, elaborará a Certidão e fará a Conclusão do processo ao Presidente;

i. Convocada previamente por seu Presidente, conforme o item 8.f.6), desta Diretriz, realizar-se-á nova sessão quando:

1) A comissão receberá a procuração do advogado, conferindo a sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou a declaração do sindicato de que indica um servidor militar para realizar sua defesa, ou ainda, a indicação de oficial, esta expedida e já publicada em boletim pela autoridade designante. Na hipótese do defensor ser servidor militar indicado pelo sindicado, a homologação do defensor terá que constar dos autos,

2) serão lidos a Portaria de Designação e os documentos elaborados na sessão prévia,

3) será procedido o Termo de Perguntas ao Sindicato, onde constará também a qualificação do mesmo,

4) será entregue o Libelo Acusatório ao sindicato ou seu defensor,

5) será elaborado o Termo de Vista do Processo ao Defensor, no qual também será lavrado o recibo a ser assinado pela defesa, contendo data, hora e local do recebimento,

6) em termo próprio, o Presidente indicará a data, hora e local para a realização de nova sessão, para tanto, obedecendo o prazo de três dias para a vista do processo à defesa, contados a partir da data da assinatura do Termo de Vista,

7) será lavrada e assinada a ata da sessão;

j. A não apresentação de defensor pelo sindicato, suspende os trabalhos da comissão até que seja designado, pela autoridade que nomeou a comissão,

um oficial para que exerça a defesa do sindicato;

l. A impossibilidade do defensor apresentar o documento a que se refere o item 8.1.1), desta Diretriz, suspende os trabalhos da sessão, até que o referido documento seja providenciado, obedecendo-se, para isso, os prazos regulamentares;

m. Seguindo a conclusão elaborada, será exarado despacho para que o Secretário junte aos autos a cópia da oitação com recibo, cópia dos ofícios expedidos, cópia da Folha de Corretivos, a procuração do Advogado ou a declaração do sindicato indicando servidor militar para exercer sua defesa ou ainda, a indicação de oficial pela autoridade designante da comissão, o Termo de Perguntas ao Sindicato, cópia do Libelo Acusatório, o Termo de Data para a próxima sessão, outros documentos já disponíveis, o termo de vista com recibo e a ata da sessão; intime as testemunhas constantes no Libelo Acusatório, para serem ouvidas na próxima sessão;

n. Imediatamente o Secretário receberá o processo e fará a juntada em atendimento ao despacho, depois elaborará certidão e fará a conclusão do processo ao Presidente;

o. O Presidente dará vista dos autos ao defensor, o qual, então, assinará o termo de vista, estabelecendo assim o prazo para a devolução do processo, com as razões preliminares de defesa, onde deverá conter o nome e endereço das testemunhas que a defesa desejar sejam ouvidas;

p. Para o início da próxima sessão, a defesa deverá devolver o processo com as razões preliminares de defesa. Após, poderão ser ouvidas testemunhas, tomadas outras providências e designada nova sessão para dar continuidade aos trabalhos;

q. Terminada essa sessão, o Presidente despachará para que o Secretário officie objetivando a presença das testemunhas indicadas nas razões preliminares de defesa e sobre outros assuntos; junte a certidão de inteiro teor da vida funcional do sindicato, cópia dos ofícios intimando as testemunhas do

Libelo Acusatório, recibo das razões preliminares de defesa, as razões preliminares de defesa, os termos de depoimento de testemunhas, cópia dos ofícios expedidos, outros documentos e a ata correspondente à sessão;

r. Findada a fase inicial das diligências, poderão ser ouvidas as testemunhas, iniciando pelas constantes do Libelo Acusatório; depois as indicadas nas razões preliminares de defesa; em seguida, dentre as levantadas durante a segunda fase das diligências, as indicadas pela comissão, finalizando com as requeridas pela defesa;

s. Na hipótese da comissão suscitarem indício de crime durante os trabalhos, encaminhará, por cópia, as peças necessárias para instruir processo, à autoridade designante, a qual tomará as providências cabíveis, sem prejuízo do andamento e dos resultados da sindicância disciplinar;

t. No exercício de suas atribuições, todo servidor militar deve, obediente a conveniência, na oportunidade e com o fim, inclusive, de evitar possíveis distorções futuras, tomar declarações sobre indícios de irregularidades levadas ao seu conhecimento, quando possível com a presença de testemunhas, encaminhando as declarações à autoridade competente para as medidas necessárias, se for o caso;

u. Havendo impedimento para a continuidade dos trabalhos da sessão, o presidente poderá interrompê-la ou, após marcar nova sessão em termo próprio, determinar o seu encerramento e a lavratura da ata correspondente.

9. DOS PRAZOS

a. A comissão dispõe do prazo de trinta dias, ou, se houver mais de um sindicado, quarenta dias, corridos e improrrogáveis, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório, a contar do dia imediato ao recebimento, pelo Presidente, da Portaria de Designação;

b. A comissão deve realizar a sessão prévia e a entrega da oitação ao sindicado dentro dos três dias iniciais;

c. A contar do recebimento da citação pelo sindicato, ser-lhe-á concedido o prazo de quarenta e oito horas para apresentar-se, com defensor, à comissão processante, a fim de ser realizada a sessão de qualificação e perguntas ao sindicato;

d. A partir da assinatura do correspondente termo de vista do processo, o defensor dispõe de três dias de prazo para apresentar à comissão as razões preliminares de defesa e cinco dias para apresentação das razões finais de defesa;

e. Quando houver mais de um sindicato, os prazos para a vista do processo à defesa serão comuns a todos, sendo de seis dias para a defesa prévia e dez dias para a defesa final, não podendo o processo ser entregue a qualquer dos sindicatos e, caso haja mais de uma defesa, o processo não poderá ser retirado das dependências onde funcionar a Sindicância Disciplinar. Neste caso as defesas poderão requerer à comissão, a produção de exames periciais de autores do processo, que serão providenciados pela comissão, salvo se o pedido for considerado absurdo ou com finalidade meramente protelatória;

f. A deserção do sindicato, conforme o previsto na legislação específica, sobresta automaticamente o prazo da comissão, até que se faça presente por recaptura ou apresentação espontânea. Nesse caso, o caderno processual com todas as peças existentes, inclusive provas da deserção, será remetido à autoridade designante para arquivamento no aguardo da presença do sindicato;

g. A contar do recebimento do processo, a autoridade competente dispõe de dez dias de prazo para expedir a solução;

h. Não será computada nesses prazos a demora determinada por doença do sindicato ou defensor, por questão prejudicial, por motivo de força maior e pela realização de exames periciais; dentro dos respectivos prazos e com so brestamento e reinício, determinados pela autoridade designante, através de Portaria publicada no seu boletim, por solicitação do Presidente da comissão de Sindicância Disciplinar;

1. O prazo de prescrição é de três anos, a contar da data do ato ou fato motivador da abertura da Sindicância Disciplinar;

j. A abertura da Sindicância Disciplinar interrompe o prazo da prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente;

l. O sindicato e o defensor, se assim desejarem, em termo a ser juntado ao processo, poderão declarar dispensados, no todo ou em parte, os prazos a que têm direito;

m. A interrupção do prazo e o seu reinício, quando necessário, serão solicitados pelo presidente da comissão à autoridade designante, a quem compete solucionar os pedidos e determinar a publicação em boletim das Portarias de sobrestamento e de reinício do prazo, que serão juntadas ao processo.

10. DAS TESTEMUNHAS

a. Das testemunhas mencionadas durante a fase inicial das diligências, para cada sindicato serão ouvidas até três, indicadas pela comissão e, até três, indicadas pela defesa;

b. Após ouvidas as testemunhas indicadas até a apresentação das razões preliminares de defesa, poderão ser ouvidas, para cada sindicato, das testemunhas mencionadas na segunda fase das diligências, até três, a critério da comissão e até três, a requerimento da defesa;

c. Poderão ser ouvidas ainda pessoas informantes, cujas declarações forem consideradas necessárias;

d. A comissão poderá solicitar de autoridades a adoção de meios compulsórios para o comparecimento de testemunha que deva depor ou ser acareada e a isso se recuse;

e. A testemunha que for integrante da PMPR, diante da solicitação do Presidente para ser ouvida na Sindicância Disciplinar, terá sua presença administrada pelo seu comandante imediato, quando possível, o qual encaminhará, se for o caso, à comissão, por escrito, justificativa da impossibilidade em

tender o pedido;

f. Para serem ouvidas as testemunhas indicadas pela defesa, acatadas pela comissão, poderão ser intimadas pelo Presidente ou, deverão ser apresentadas à defesa, no dia, hora e local designados, independente da intimação do residente.

11. CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA DISCIPLINAR

a. Ultimada a defesa escrita final, em sessão própria, a comissão elaborará o relatório que se referirá ao processo e deverá conter síntese do desenvolvimento dos trabalhos, análise das provas apuradas, refutação das alegações que não se verificarem, destaque das irregularidades provadas, parecer quanto à inocência ou culpabilidade do sindicado e dedução da comissão, por voto dos seus membros, sobre a medida cabível;

b. Quando houver voto vencido, será facultada a sua justificação, por escrito, na sessão destinada à votação e elaboração do relatório;

c. Os autos com o respectivo relatório, tudo enumerado folha a folha, serão encaminhados pela via hierárquica e mediante ofício, à autoridade designada, para que:

- 1) determine o arquivamento, se não restou apurada qualquer irregularidade ou indício,
- 2) promova a aplicação da pena cabível, desde que essa seja de sua alçada se não for necessária outra providência, determine o arquivamento do processo,
- 3) encaminhe o processo à autoridade competente, para as demais providências;

d. Será encaminhada cópia da solução ao Comandante-Geral, sempre que o arquivamento da Sindicância Disciplinar for determinado por outra autoridade Corporação;

e. Cabe ao Comandante-Geral da Corporação, além das demais atribuições

disciplinares previstas na legislação pertinente, mediante análise do processo e obediente ao conjunto probatório dos autos, decidir quanto ao licenciamento ou não do sindicado das fileiras da PMPR;

f. A decisão com a justificativa dos seus motivos será publicada nos boletins das autoridades com ascendência funcional sobre o sindicado e transcrita no cadastro funcional do mesmo;

g. A Sindicância Disciplinar poderá ensejar pena de Advertência, Repreensão, Detenção, Prisão, Prisão em Separado ou Licenciamento a Dem da Discipli na;

h. Constatada a existência de indício de crime, o processo ensejará abertura do competente inquérito ou será encaminhado à Justiça para a tomada das medidas que julgar cabíveis;

i. Apurado indício de irregularidade atribuída a outro policial-militar, a Sindicância Disciplinar ensejará abertura do competente processo.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. O caderno processual da Sindicância Disciplinar deverá ser elaborado com cópia, a qual será arquivada no SJD da Unidade sede dos trabalhos;

b. No caso da defesa ser exercida por servidor militar, a sua homologação ou indicação será publicada em boletim e, será juntada cópia da publicação ao processo;

c. Todas as peças da Sindicância Disciplinar serão reunidas na ordem cronológica cabível, num só processo, com as folhas enumeradas e rubricadas pelo secretário, à margem superior e à esquerda da folha;

d. Os despachos são atos exclusivos do Presidente e aparecerão: o primeiro, em seguida dos documentos de origem e os demais, seguindo as conclusões do Secretário;

e. Os recebimentos do Secretário serão colocados sempre em seguida dos despachos;

f. A autuação será sempre a primeira folha do processo, servindo-lhe de capa;

g. As juntas serão colocadas sempre antes dos respectivos documentos juntados;

h. As atas e os demais documentos elaborados durante as sessões, também serão juntados ao processo, em atendimento ao necessário despacho exarado pelo Presidente após cada sessão;

i. Os documentos lavrados durante as sessões, em geral, serão assinados por todos os presentes, sendo que a última assinatura firmada na ata de cada sessão indica o final dos trabalhos relativos àquela sessão;

j. As cópias de documentos terão que estar autenticadas para que sejam juntadas ao processo;

l. No processo, os espaços que não forem utilizados serão anulados pelo Secretário, de modo a impossibilitar o acréscimo aparentemente regular de qualquer impressão;

m. Durante a realização das sessões, o processo permanecerá em poder do Presidente;

n. O documento impresso em folha menor que a do tamanho padrão utilizado terá sua vinculação ao processo feita de modo a impossibilitar a sua remoção sem deixar vestígios e, sem esconder, no todo ou em parte significativa, a face de qualquer folha;

o. As eventuais correções necessárias não podem ser feitas com rasuras, borrões ou aplicação de tinta corretiva: devem ser usados artifícios que não possibilitem serem interpretados como adulterações;

p. Para melhor orientar a elaboração da Sindicância Disciplinar, faz parte desta Diretriz, como anexo, o processo modelo, com oitenta e uma páginas impressas, constituindo-se nos principais formulários a serem adotados, porém, adaptados às particularidades de cada caso.

P. M. R. - Aj. Gen. - Fol. Geral 25 / 1 / 53 162 (A. L. M. M. 0)
--

MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Col. QOIM
Comandante-Geral

**ANEXO 4 - LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO REALIZADO
PELA SJD/DP – 2000-2005**



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
Diretoria de Pessoal
Seção de Justiça e Disciplina



Assunto: Conselhos de Disciplina, instaurados para avaliar a conduta residual de policiais-militares envolvidos em crimes de Concussão e Corrupção.

Ano 2000:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
Corrupção = 01	23	PM's Excluídos A.B.D. = 10
Concussão = 11		PM's Excluídos a Pedido = 06
		PM's Punidos Discipl. = 02
Total = 12		PM's Inocentados = 05

Ano 2001:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
Corrupção = 04	19	PM's Excluídos A.B.D. = 09
Concussão = 07		PM's Punidos Discipl. = 04
		PM's Inocentados = 06
Total = 11		

Ano 2002:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
Corrupção = 01	28	PM's Excluídos A.B.D. = 09
Concussão = 11		PM's Excluídos a Pedido = 04
		PM's Punidos Discipl. = 01
Total = 12		PM's Inocentados = 14

Ano 2003:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
Corrupção = 02	15	PM's Excluídos A.B.D. = 08
Concussão = 05		PM's Inocentados = 07
Total = 07		

Ano 2004:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
	08	PM's Excluídos A.B.D. = 02
Concussão = 05		PM's Excluídos a Pedido = 01
		PM's Inocentados = 01
		PM's em Proc. Sobrest. = 03
Total = 05		Óbito de PM acusado = 01

Ano 2005:

Nº Processos Instaurados	Nº Policiais-Militares Acusados	Resultados Obtidos
Corrupção = 02	11	PM's Excluídos A.B.D. = 04
Concussão = 04		PM's Inocentados = 01
		PM's em Proc. Sobrest. = 04
Total = 06		PM's em Proc. Andamento = 02

CURITIBA, PR, 03 de outubro de 2005.

ÉLIO DE OLIVEIRA MANOEL, Cap QOPM
Chefe da SJD/DP